

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Em representação de Portugal



Madrid: Uma conferência. Apoio ao PP.
Presença da Arte Moderna Portuguesa



Roménia e Bulgária:
Apoio à adesão à UE e
cooperação económica

Intervenção relativa ao Passe Social Intermodal na Área Metropolitana de Lisboa e Porto, bem como, sobre Políticas tarifárias

Deputado Fernando Pedro Moutinho
Assembleia da República, 12 de Fevereiro de 2004

(...)

O PCP trás à discussão a esta Câmara um Projecto-lei sobre o Passe Social Intermodal na Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e que do ponto de vista desta força política pretende ser uma resposta para os problemas da intermodalidade e mobilidade nos transportes colectivos nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

(...)

Isto significa que o PCP ao trazer a debate estes diplomas, mais não visa do que marcar e assinalar na sua agenda política esta questão, ignorando por completo que o contexto e conteúdo dos seus **Projectos-Lei já não fazem sentido depois da aprovação das Autoridades Metropolitanas de Transportes.**

(...)

... as Autoridades Metropolitanas de Transportes têm um conjunto de competências e atribuições com vista a prosseguir uma efectiva coordenação de políticas de planeamento, organização do mercado de transportes colectivos, financiamento e tarifação, entre outros.

... compete às Autoridades Metropolitanas de Transportes implementar um sistema tarifário integrado bem como o desenvolvimento de sistemas de bilhética e regularizar a comercialização dos títulos de transporte multimodais e a distribuição das receitas deles provenientes.

(...)

Tanto os Projectos-Lei do PCP como o Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda, ignoram por completo a política errática dos anteriores Governos Socialistas e que apesar das inúmeras promessas efectuadas, levaram ao elevado



passivo das empresas públicas de transportes, alargaram as disfunções do sistema por falta de acção, bem como adiaram processos de modernização de frotas e das empresas.

(...)

Agora há que **avançar rapidamente** na procura de soluções **com os operadores públicos e privados, assegurando a modernização e qualidade dos serviços públicos prestados**, reforçando inter-faces e não menos importante assegurando alternativas fiáveis, regulares e a preços que permitam reduzir a procura da utilização do transporte individual.

(...)

Só com Empresas de Transportes Públicos e Privados equilibradas financeiramente, a agirem de uma forma concorrencial e integradas, é possível prestar melhores serviços às pessoas e incentivar a utilização de transporte colectivo.

Só com o empenho das autarquias será possível implementar as medidas que melhorem a mobilidade e a circulação.

Com a definição de regras claras e transparentes será possível assegurar ao Estado o indispensável apoio para a existência de preços socialmente justos para os cidadãos utilizadores dos transportes públicos.

(...)

O Governo e as Autoridades Metropolitanas de Transportes vão recuperar muito do tempo perdido.

(...)

Agendamento

Quarta-Feira, dia 18 de Fevereiro de 2004-15:00h

Debate mensal de interesse relevante sobre Saúde

Discussão conjunta:

Proposta de Resolução n.º 39/IX (GOV)

(União Postal Universal, aprovados no XXII Congresso da UPV, realizado em Beijing (Pequim), de 23 de Agosto a 15 de Setembro de 1999, que contém o Sexto Protocolo adicional à Constituição da União Postal Universal, as declarações feitas por ocasião da assinatura destes actos, o Regulamento Geral da União Postal Universal, a Convenção Postal Universal e o seu Protocolo Final e o acordo referente aos serviços de pagamento do correio)

Proposta de Resolução n.º 40/IX (GOV)

(Actos Finais da Conferência de Plenipotenciários, realizada em Minneapolis de 12 de Outubro a 6 de Novembro de 1998, que contém as alterações à Constituição e à Convenção da União Internacional das Telecomunicações (aprovadas e ratificadas na Conferência de Plenipotenciários de Genebra, 1992, e alteradas pela Conferência de Plenipotenciários de Quioto, em 1994) e as Declarações e Reservas formuladas por ocasião da assinatura dos Actos Finais)

Quinta-Feira, dia 19 de Fevereiro de 2004-15:00h

Projecto de Lei n.º 382/IX (PCP)

(Alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, que estabelece o regime de renda apoiada)

Projecto de Resolução n.º 176/IX (BE)

(Constituição de uma comissão tripartida para a definição da instalação do Centro Materno-Infantil do Norte)

Projecto de Resolução n.º 29/IX (PEV)

(Sobre a Imagem da Mulher na Publicidade)

Projecto de Resolução n.º 182/IX (PSD)

(Mecenato Electrónico)

Votações

Sexta-Feira, dia 20 de Janeiro de 2004-10:00h

Proposta de Lei n.º 87/VIII (ALRM)

(Alargamento do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca)

Projecto de Lei n.º 54/IX (BE)

(Fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca)

Proposta de Lei n.º 65/VIII (ALRM)

(Tarifa de formação para estudantes do ensino superior da Região Autónoma da Madeira)

Discussão conjunta:

Projecto de Resolução n.º 187/IX (PS)

Projecto de Resolução n.º 189/IX (PCP)

(Sobre a extinção do Instituto Geológico e Mineiro)

Relatório da Comissão de Execução Orçamental sobre o "Orçamento da Segurança Social".



Intervenção sobre a Petição nº. 24/IX/1ª (Associação dos Profissionais da Guarda) que solicitam iniciativa legislativa, por forma a consagrar o horário de serviço de 35 horas semanais na G.N.R.

Deputado Francisco José Martins
Assembleia da República, 06-Fevereiro-2004

(...)

...**Partido Social Democrata** considera relevante e até **urgente a revisão das leis orgânicas**, a **instalação** progressiva de **sistemas modernos de informação e de gestão das Forças e Serviços de Segurança**, a aposta na qualificação de recursos humanos, incluindo a formação e valorização das forças policiais e ainda a modernização de instalações e equipamentos.

(...)

...acentuamos a importância das condições em que é prestada a actividade dos profissionais das forças de segurança, com isto significando o relevo com que encaramos a matéria relativa aos horários de trabalho – aquela que é objecto da Petição que hoje apreciamos.

A fixação de um horário de trabalho na Guarda Nacional Republicana (G.N.R.) carece de adequada regulamentação, e isto porque importa ter presente as características específicas e natureza desta Força de Segurança.

Na verdade, a regulamentação do horário de trabalho na G.N.R. impõe a necessária adequação com os diversos preceitos normativos constantes do Estatuto dos Militares da G.N.R., aprovado pelo Decreto-Lei nº. 256/93, de 31 de Julho, bem como do Regulamento Geral do Serviço da G.N.R., aprovado

pela Portaria nº. 722/85, de 25 de Setembro.

(...)

O P.S.D. considera e está ciente de que as preocupações trazidas pelos profissionais da Guarda, no âmbito da Petição que hoje apreciamos, serão objecto de análise cuidada e a matéria tratada com a profundidade que se exige.

Mais, estamos convictos que, por via dos novos Estatutos, serão tomadas as medidas indispensáveis à clarificação dos horários de trabalho na Guarda Nacional Republicana, assim compatibilizando as exigências da missão desenvolvida pelos militares da G.N.R. com o respeito e a dignidade que estes merecem, sempre a bem de Portugal e dos Portugueses.

(...)



Intervenção sobre a Petição nºs 76/VIII/3ª (Associação para a Defesa dos Filhos e dos Pais Separados – “PAIS PARA SEMPRE”)

Deputada Isménia Vieira Franco
Assembleia da República, 6 de Fevereiro de 2004



as propostas de alterações ao Código Civil, à Lei Tutelar de Menores e ao Código de Processo Civil.

(...)

Achamos importante começar por reconhecer que se trata de matérias sempre em aberto, onde **não existem verdades inabaláveis nem soluções inquestionáveis.**

Cada pai ou mãe – para o caso é indiferente- é único, tal como cada filho, e cada família tem os seus particulares circunstancialismos, a que devemos atender. Ou seja, trata-se de matérias onde não funcionam os dogmas nem é fácil estabelecermos regras estanques.

(...)

O **direito da filiação carecerá de alguma revisão**, pelo menos, quanto aos aspectos processuais, mas afigura-se que tal não deverá ser feito sem um estudo aprofundado de todas as implicações das possíveis soluções, devendo evitar-se o esquema dos “remendos” à lei, que em regra apenas potencia descoordenações e incoerências.

(...)

(...)

A Associação peticionante – **Pais para Sempre** – propõe-se defender os filhos de pais separados e, no cumprimento desse seu objectivo, recolheu cerca de 4600 assinaturas, pretendendo por meio desta Petição que o Plenário da Assembleia da República discuta e se pronuncie sobre

...a legislação em vigor reconhece já que o superior interesse do menor beneficia com o exercício em comum do poder paternal, **estabelecendo por isso o legislador, a regra da “guarda conjunta”, sempre que haja o acordo dos pais.**

(...)

...o PSD entende que deve continuar a ser, aliás em conformidade com uma recomendação de 1998 do Conselho da Europa sobre a Mediação Familiar, segundo a qual esta mediação não deverá ser obrigatória.

(...)

A mediação familiar parece-nos, por outro lado, uma boa solução, não em substituição da conferência de pais mas antes como apoio preliminar, como forma de alcançar esse acordo.

(...)

Atendendo aos princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade que devem dominar o direito penal e que constituem um imperativo constitucional, deve ser pensada com muito cuidado a

criminalização das condutas como aqui vem sugerido, dada a delicadeza do domínio em causa, que supõe uma cuidada ponderação dos interesses eventualmente conflitantes da criança entre manter uma relação com cada um dos pais e vê-los punidos por condutas contra o seu interesse.

(...)

...o art. 157.º da Organização Tutelar de Menores, sobre *decisões provisórias e cautelares*, já prevê que estas decisões possam ser alteradas pelo Tribunal, sempre que o entender conveniente.

(...)

...na senda do espírito dos autores da Petição, a Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto, prevê já no respectivo art. 11º, a formação dos magistrados colocados nos Tribunais de Família e de Menores, dispondo de forma clara (e *passo a citar*):

“O Centro de estudos Judiciários assegura regularmente formação adequada aos magistrados colocados nos tribunais com competência em matéria de família e menores”

(...)

Intervenção sobre os incêndios florestais do Verão de 2003

Deputado Luís Gomes
Assembleia da República 11 de Fevereiro 2004

(...)
Os **incêndios florestais do passado Verão, devastaram o património de milhares de famílias portuguesas**, assim como também colocaram em perigo um conjunto de valores ambientais e patrimoniais insubstituíveis e dos quais não nos podemos esquecer.

O actual Governo assumiu de imediato as suas responsabilidades e em 13 de Agosto de 2003, apresentou um pedido de auxílio à União Europeia ao abrigo do Fundo de Solidariedade, que de resto foi concedido em 17 de Novembro do mesmo ano, no montante de quarenta e oito milhões quinhentos e trinta e nove mil euros (48.539.000€).

Este FUNDO destina-se à concretização de um conjunto de intervenções com vista à reparação dos danos provocados em equipamentos e infra-estruturas de relevante interesse público e à realização de estudos técnicos para suporte de projectos de protecção imediata do património cultural e ambiental.

(...)
Temos, porém o dever, visto afinal tratarem-se de dinheiros públicos, de conciliar a celeridade da aplicação do Fundo, com as necessárias medidas de fiscalização.

É neste contexto que apresentamos hoje, o presente projecto de Lei.

Este diploma visa, acima de tudo, simplificar os mecanismos de fiscalização prévia dos actos e contratos relativos às obras necessárias à reparação dos diversos danos causados pelos incêndios



florestais do passado Verão.

(...)
Contudo é bem claro, e importa sublinhar, que tais actos de fiscalização não podem nem poderão ser em qualquer circunstância dispensados, pelo que estão sujeitos a fiscalização concomitante e sucessiva por parte do Tribunal de Contas, bem como pela Comissão Europeia.

(...)
Esta iniciativa reveste-se de extrema e vital importância, pois constitui um instrumento para que as verbas dispensadas através do Fundo de Solidariedade sejam gastas na totalidade, com rigor, mas acima de tudo porque estabelece as bases e as condições necessárias para que os Territórios e as suas Gentes, grandemente fustigados pelos incêndios, retomem em breve a sua normalidade.

(...)

Intervenção sobre a inscrição no recenseamento eleitoral de nacionais dos novos países aderentes à União Europeia legalmente residentes em Portugal

Deputada Adriana Aguiar Branco
Assembleia da República, 11-Fevereiro-2004

(...)
Como é sabido, no dia 1 de Maio de 2004, **dez novos estados**, designadamente, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa **vão aderir à União Europeia** de acordo com o estabelecido no Tratado de Adesão celebrado em Atenas em 16 de Abril de 2003.

(...)
A adesão à União trará aos futuros estados membros vantagens similares às por nós granjeadas, ao proporcionar-lhes a consolidação das respectivas estruturas democráticas e ao abrir caminho ao desenvolvimento económico e social, baseado numa economia de mercado em vias de solidificação.

(...)
São já alguns os cidadãos destes novos estados aderentes que, actualmente, residem em Portugal. **Não permitir que os mesmos pudessem exercer o direito de voto no país onde residem, seria violar, manifestamente, a aplicação do princípio da igualdade e da não discriminação entre nacionais e não nacionais** previsto no artigo 19º do Tratado CE.

É pois da mais elementar justiça conferir-lhes esse direito de voto.

(...)
A aprovação de um diploma legal transitório que admita, de forma condicional e a título excepcional, a inscrição dos cidadãos daqueles países legalmente residentes em Portugal, ainda antes de efectuada a adesão oficial à União Europeia dos citados Estados, foi a forma encontrada, pelo Governo, para contornar a situação descrita.

(...)



Observatório

Kolmi

Nas nossas aulas, ao amanhecer, evita-se a leitura, o baço tédio, pois a escola encontrou outro remédio.

Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 11/02/04

Activar património

Na defesa, justiça e finanças em todos os departamentos do estado, quanto património há por rentabilizar? Passam as legislaturas e estas questões continuam na mesma.

Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 12/02/04

O PSD propõe

Requerimento ao Ministério da Justiça e ao Ministério do Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Sobre a regulamentação da lei orgânica nº 1/2004, de 15 de Janeiro (Lei da Nacionalidade)

Dep(a) Manuela Aguiar

Requerimento ao Governo
Sobre os Trabalhadores despedidos da siderurgia nacional empresas e serviços – SNES

Dep(s) Pedro Roque e Luis Rodrigues

Requerimento à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas
Solicitação de informação sobre as novas disposições da Lei da Nacionalidade

Dep(a) Manuela Aguiar

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação
Sobre a ligação Guimarães – Porto por comboio

Dep(s) Rui Miguel Ribeiro e Luís Cirilo



Intervenção sobre as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência

Deputada Maria Goretti Machado
AR, 11 de Fevereiro de 2004

(...)
...Carta dos Direitos Fundamentais, aprovada na Cimeira de Nice, pelos Estados da União Europeia, em Dezembro de 2000 bem como a Constituição da República Portuguesa que, no seu artigo 71.º n.º 1, reconhece a igualdade dos direitos dos cidadãos com deficiência, dispondo, claramente, do seguinte modo:

“Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.”

... o Programa do XV Governo Constitucional, bem como o documento das **Grandes Opções do Plano de 2003 e 2004**

destacam, como sendo uma medida essencial, **“a revisão da Lei de Bases da Reabilitação, de modo a agilizar o apoio e integração da pessoa deficiente”**.

É neste contexto que o Governo apresentou à Assembleia da República a Proposta de Lei nº 105/IX, que hoje aqui discutimos, e que **“Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência”**.

A presente **Proposta de Lei**, assume uma importância acrescida, pois constitui não só um **espaço privilegiado para o debate e para a busca das soluções integradoras mais adequadas**, mas sobretudo, porque **representa uma garantia de coordenação e de coerência da política de prevenção, habilitação,**



reabilitação e participação das pessoas com deficiência.

(...)
...consagram-se expressamente como obrigações do Estado, o

desenvolvimento de acções que asseguram o direito ao emprego, ao trabalho, à formação, à habitação e urbanismo, à prática de desporto de alta competição, à prestação de cuidados de saúde; a adopção de um **Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade** com vista à eliminação de barreiras arquitectónicas; a adopção de medidas que assegurem o acesso ao ensino e à educação, a adopção de medidas que assegurem a protecção social da pessoa com deficiência, todas políticas sectoriais com importância na vida das pessoas com deficiência.

(...)
Esta proposta de lei de bases é acima de tudo o início de um caminho na definição de um quadro jurídico-normativo que se pretende actual e adequado e que considere a realidade das pessoas com deficiência e atenda às suas necessidades específicas.

(...)

Intervenção sobre a “Dívida Pública e Garantias Pessoais do Estado – 2.º Trimestre de 2003”

Deputado José Manuel Ribeiro
Assembleia da República – 06.Fevereiro.2004

(...)
A apresentação deste relatório, vem dar continuidade ao estabelecido no plano de actividades da **Comissão de Execução Orçamental**, que consagra a elaboração de relatórios de acompanhamento sobre diversas matérias que têm enquadramento na sua competência específica.

Por outro lado, vem também dar cumprimento e sequência ao controlo político consagrado na Lei do Enquadramento Orçamental, que como é sabido, atribui ao Parlamento um papel central.

Nesta temática, este é o sétimo relatório apresentado. Todos eles aprovados por unanimidade, o que só por si demonstra, o seu interesse e a sua importância.

(...)
No final do trimestre em apreço, o saldo da dívida directa do Estado na óptica das contas públicas, ao valor nominal e a câmbios correntes ascendeu a 80.639 milhões EUR,

registando um acréscimo de 1.164 milhões EUR, face ao início do ano, o que não chega a representar 20% do valor previsto em sede de orçamento de estado para 2003.

Do valor total da dívida, 97,2% respeita a dívida em euros, enquanto que 23,8 por cento se refere a dívida não negociável.

As Obrigações do Tesouro permanecem como o principal instrumento financeiro do Estado, com um montante de 52.140 milhões EUR no final deste trimestre, o que corresponde a 64,7% do stock total da dívida.

Por seu lado, os encargos da dívida pública, ascenderam a 2.512 milhões EUR, que se traduz num aumento de 3,1 por cento face ao período homólogo de 2002.

No final do semestre as dívidas contraídas pela administração local ascendiam a 98 milhões EUR, enquanto que as dívidas das administrações regionais se elevavam

a 13 milhões EUR.

No que diz respeito às garantias pessoais do Estado, e considerando os valores acumulados dos dois primeiros trimestres de 2003, constata-se que o valor adicional líquido das garantias prestadas se fixou em 21 milhões EUR.

Este valor representa uma utilização muito diminuta das mesmas, visto que não chega a representar 2 por cento do valor estabelecido no orçamento de estado para 2003.

Faço uma referência final ao **rating** da República. As principais agências internacionais do sector têm confirmado sistematicamente as suas notações, em bom plano, quer para o emitente soberano, quer para a dívida em concreto, nomeadamente a de longo prazo.

...em Janeiro deste ano, a empresa de **rating** Standart & Poor's manteve o risco de crédito concedido a Portugal, fundamentando esta decisão, no facto de o nosso país, e passo a citar: **“ter uma economia relativamente próspera e diversificada, nos progressos e**



compromissos das autoridades, com reformas estruturais que incluem a consolidação orçamental”. Fim de citação.

(...)
... as medidas que Governo tem desenvolvido para o equilíbrio e consolidação das finanças públicas têm tido reflexos óbvios, o que tem vindo a permitir o reforço da credibilidade financeira e orçamental de Portugal.

(...)

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de 11 de Fevereiro, na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou 25 diplomas, dos quais 12 Decretos-Regulamentares, oito Decretos-Lei, três Propostas de Resolução e duas Resoluções.

As propostas de resolução são as seguintes:

Acordo Euro-Mediterrânico

A primeira, aprova, para ratificação, o Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma **Associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República Argelina Democrática e Popular por outro.**

Este Acordo tem por objectivo a promoção das relações económicas e sociais equilibradas entre a União Europeia e a Argélia e a criação de condições para fomentar um desenvolvimento económico sustentado no seu relacionamento externo com países menos desenvolvidos.

O Acordo insere-se no quadro mais amplo da Parceria Euro-Mediterrânica, que visa o estabelecimento de uma área Euro-Mediterrânica de paz, estabilidade e prosperidade partilhada, e inscreve-se no âmbito das relações de boa-vizinhança com esta região, cujos vínculos tradicionais à Europa são visíveis e palpáveis, com permanência, ao longo das Histórias mútuas.

As relações entre as partes, tal como as disposições do presente Acordo, fundam-se no respeito dos Direitos do Homem e dos princípios democráticos.

A segunda aprova, para ratificação, o Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma **Associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República do Líbano,** por outro.

Este Acordo tem por objectivo a promoção das relações económicas e sociais equilibradas entre a União Europeia e o Líbano e a criação de condições para fomentar um desenvolvimento económico sustentado no seu relacionamento externo com países menos desenvolvidos.

O Acordo insere-se no quadro mais amplo da Parceria Euro-Mediterrânica, que visa o estabelecimento de uma área Euro-Mediterrânica de paz, estabilidade e prosperidade partilhada, e inscreve-se no âmbito das relações de boa-vizinhança com esta região, cujos vínculos tradicionais à Europa são visíveis e palpáveis, com permanência, ao longo das Histórias mútuas.

As relações entre as partes tal como as disposições do presente Acordo fundam-se no respeito dos Direitos do Homem e dos princípios democráticos.

A terceira, aprova, para ratificação, o Acordo sobre a **participação da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca no Espaço Económico Europeu,** bem como os respectivos anexos, assinado no Luxemburgo, em 14 de Outubro de 2003.

No âmbito do processo de alargamento da UE, os dez países aderentes solicitaram a sua adesão ao Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que engloba, para além dos actuais quinze Estados-Membros da UE, os países EFTA membros do EEE (Islândia, Noruega e Liechtenstein).

O presente Acordo Internacional prevê os termos e modalidades dessa adesão, enquadrando-a juridicamente.

Nestes termos, o Governo aprovou uma proposta de resolução, a apresentar à Assembleia da República, para que esta aprove, para ratificação, o Acordo entre a Comunidade Europeia, os Estados-Membros da CE e os Estados da EFTA membros do EEE, por um lado, e os países aderentes à União Europeia, por outro, sobre a participação destes últimos no Espaço Económico Europeu (EEE).

Este Acordo traduz a firme vontade de facilitar os ajustamentos mútuos da UE alargada e dos países EFTA membros do EEE ao Espaço Económico Europeu, de forma a evitar efeitos desnecessários no interior de um espaço centrado na coesão económica e social que favorece o desenvolvimento harmonioso e sustentado, gerador de estabilidade tão necessária à prosperidade e afirmação da UE no mundo.

Contrato de investimento entre o Estado a Neotrev e a Selenis para um projecto de investimento em Portalegre.

Uma Resolução do Conselho de Ministros aprova a minuta do contrato de investimento e respectivos Anexos, a celebrar entre o Estado Português, a Neotrev-Indústria de Plásticos, S.A. e a Selenis-Indústria de Polímeros, S.A.,

para a realização de um projecto de investimento em Portalegre.

Este contrato prevê a realização de um projecto de investimento que visa a expansão da unidade industrial de Portalegre, com a introdução de uma nova e moderna linha de produção de polímeros de poliéster em processo contínuo, destinando-se em particular ao engarrafamento de água.

O investimento, realizado entre 2001 e final de 2003, ronda o valor global de cerca de 6 milhões de euros, e terá um importante contributo para o desenvolvimento da região de implantação, bem como para a balança comercial portuguesa, pela não importação de produto acabado por parte dos principais clientes – a indústria alimentar e de bebidas – que desta forma têm acesso privilegiado a uma matéria subsidiária imprescindível ao seu processo produtivo, as embalagens em polietileno de tereftalato (PET).

A Selenis foi fundada em 1964 – à data denominada Finicisa – e está inserida no sector de actividade da indústria química de polímeros de poliéster destinados a duas significativas áreas de negócios: produção de fibras sintéticas e filamentos, com aplicação em todos os sectores da indústria têxtil, e produção de resinas PET, com vasta aplicação na indústria de embalagem do sector alimentar e de bebidas.

A Selenis lidera o mercado nacional de resinas para a indústria de embalagem (60% quota de mercado) e detém uma quota de 30% no sector das fibras e filamentos para indústria têxtil, registando um volume de negócios anual de 80 Milhões de Euros e uma força laboral de 213 pessoas.

O grupo Neoplástica e o grupo Logopláste são os seus principais clientes em Portugal, sendo que 30% da produção é para exportação, tendo Espanha, Bélgica e Marrocos como principais mercados de destino.

Este projecto de investimento está subjacente à estratégia da Selenis em responder às necessidades do mercado, em especial da indústria alimentar e de bebidas, bem como ao défice de PET para embalagens, que se vem verificando no mercado europeu.

A Selenis insere-se no grupo português Imatosgil, o qual possui, entre outras, filiais no Brasil e no México também na área da produção de PET.

Área de intervenção do futuro Plano de Urbanização das Penhas da Saúde

Uma segunda Resolução do Conselho de Ministros ratifica parcialmente a prorrogação por mais um ano do prazo de vigência das medidas preventivas para parte da área de intervenção do futuro Plano de Urbanização das Penhas da Saúde, ratificadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2002, de 23 de Agosto.

O presente diploma decorre da necessidade de salvaguardar parte da área de intervenção do futuro Plano de Urbanização das Penhas da Saúde, no município da Covilhã, que ainda se encontra em elaboração, não se prevendo a sua próxima conclusão e entrada em vigor, tendo em vista a respectiva exequibilidade.

Para a restante área não se justifica a prorrogação das medidas preventivas, pelo facto de a actual proposta do Plano de Urbanização das Penhas da Saúde, em elaboração, não interferir com a zona de protecção da Albufeira da Barragem do Lago Viriato, cujo limite já se encontra definido no Plano de Ordenamento da Albufeira da Barragem do Lago Viriato, em fase de elaboração, e com a área do Plano de Pormenor da Zona Sul das Penhas da Saúde, a aguardar ratificação, o qual já estabelece o modelo urbanístico que irá vigorar na respectiva área de intervenção.

Fabrico, comercialização e comparticipação de medicamentos de uso humano; regime de comparticipação no preço dos medicamentos e regime jurídico aplicável às alterações dos termos das autorizações de introdução no mercado

Por **Decreto-Lei** é alterado o Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que regula a autorização de introdução no mercado, o fabrico, a comercialização e a comparticipação de medicamentos de uso humano, e o Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, que estabelece o regime de comparticipação no preço dos medicamentos – M. Saúde.

O presente diploma altera as definições de fórmula magistral e de preparado oficial e o regime das autorizações de utilização especial de medicamentos, previstos no Decreto-Lei n.º 72/91. As alterações visam, com o aperfeiçoamento

Conselho de Ministros

da definição, contribuir para uma melhoria da garantia de qualidade destes medicamentos e, quanto às autorizações de utilização especial, permitir uma maior acessibilidade ao medicamento.

Altera ainda o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 118/92, no sentido de que os medicamentos manipulados compartilháveis constam de lista a aprovar anualmente por despacho do Ministro da Saúde, mediante proposta do conselho de administração do INFARMED, e são comparticipados em 50% do seu preço.

Outro **Decreto-Lei**, aprova o regime jurídico aplicável às alterações dos termos das autorizações de introdução no mercado de medicamentos de uso humano concedidas ao abrigo de procedimentos não abrangidos pelo ordenamento jurídico comunitário e a sua tipologia, bem como os pressupostos necessários à sua autorização.

O presente diploma estabelece e regulamenta três tipos de procedimentos a que podem estar submetidas as alterações a autorizações de introdução no mercado, concedidas ao abrigo do procedimento nacional. Apesar de algumas especialidades de regime procedimental, passam a coexistir dois tipos principais de procedimentos de alteração dos termos de uma autorização de introdução no mercado de um medicamento de uso humano, ao abrigo de um procedimento nacional. Em primeiro lugar, os de alteração menor, de tipo IA ou de tipo IB, as primeiras a operar de modo célere e a exigir um elevado grau de eficácia por parte da Administração, enquanto as segundas impõem uma avaliação mais cuidada, geralmente exigindo avaliação técnico-científica.

Prevê-se mesmo que os particulares possam beneficiar de um mecanismo de aprovação automática ou tácita de alterações por parte da Administração, do mesmo passo que esta poderá concentrar os recursos existentes na análise das alterações com implicações mais relevantes ou que coloquem especiais problemas, designadamente de saúde pública, qualidade, segurança ou eficácia. Por outro lado, este novo quadro permitirá orientar a intervenção do INFARMED para procedimentos novos de verificação da conformidade do fabrico e comercialização dos medicamentos com os respetivos termos de AIM, através da realização de inspeções dirigidas de pré e pós-comercialização, reforçando, igualmente, a melhor adequação de recursos às práticas já em vigor na verificação da conformidade dos produtos avaliados no âmbito dos procedimentos centralizados e de reconhecimento mútuo.

Carácter específico continua a revestir o procedimento de transferência do titular de uma autorização de introdução no mercado, quando não se trate apenas da mudança do nome do mesmo, que se mantém inalterado. Não se justificando a sua supressão nem a submissão aos regimes gerais atrás descritos, aproveitou-se para englobar no novo diploma o procedimento até hoje constante da Portaria n.º 190/98.

Do mesmo modo, prevê-se que a inscrição das alterações na tipologia definida no presente diploma, e concretizada nos anexos ao mesmo, possa ser moldada, de acordo com a evolução do progresso técnico e científico, pelo INFARMED, ainda que submetida a homologação pelo Governo e a publicação em Diário da República.

Um **Decreto-Lei** altera o Decreto-Lei n.º 270/2002, de 2 de Dezembro, que estabelece o sistema de preços de referência para efeitos de comparticipação pelo Estado no preço dos medicamentos, o Decreto-Lei n.º 101/94, de 19 de Abril, que estabelece as regras a que devem obedecer a rotulagem e o folheto informativo que acompanham os medicamentos para uso humano e o Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, que estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos – M. Saúde.

Através do presente Decreto-Lei procede-se à alteração da periodicidade de aprovação de preços de referência decorrentes da comercialização de novos genéricos, visando a agilização da criação de novos grupos homogêneos. Procede-se, à redefinição do conceito de medicamento genérico existente no mercado e, simultaneamente, criam-se as condições necessárias a que os utentes possam beneficiar de um cada vez maior número de grupos homogêneos, dando igualmente melhores condições de desenvolvimento do mercado aos operadores da indústria farmacêutica.

Igualmente se procede ao estabelecimento da forma de definição dos elementos obrigatórios que, em termos de preços, devem constar da rotulagem dos medicamentos comparticipados, permitindo que as variações dos preços de referência não impliquem a necessidade de remarcação das embalagens. Procura-se, com esta decisão, reduzir os custos de contexto de implementação destas medidas.

Clarifica-se, ainda, o regime da inclusão ou exclusão na lista de medicamentos comparticipados, fazendo-as coincidir, por razões de facilidade em termos de facturação, com o início do mês, nos termos indicados na notificação levada a cabo pelos titulares de autorização de introdução no mercado ou, no caso de exclusão por iniciativa da autoridade competente, no início do mês seguinte à notificação da decisão de exclusão, sem prejuízo de regras específicas ditas por razões de Saúde Pública.

Regras de transparência para a actividade seguradora e disposições relativas ao regime jurídico do contrato de seguro

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 176/95, de 26 de Julho, que

estabelece regras de transparência para a actividade seguradora e disposições relativas ao regime jurídico do contrato de seguro.

O presente Decreto-Lei clarifica o regime jurídico dos Instrumentos de Captação de Aforro Estruturados (ICAE), comercializados no âmbito da actividade seguradora, e prevê a possibilidade da exigência de especiais deveres de informação e publicidade para os seguros e operações do ramo Vida.

O regime ora aprovado destina-se a assegurar que o tomador de seguro, enquanto aforrador, tenha acesso a toda a informação relevante para tomar uma decisão de investimento esclarecida, isto é, consciente dos riscos em que incorre. Acresce que a crescente sofisticação dos mercados financeiros, com reflexos especiais nos seguros e operações do ramo Vida, impõe cuidados acrescidos na previsão de especiais deveres de informação e publicidade para os produtos deste ramo.

Normas de execução do Orçamento do Estado para 2004

São estabelecidas por Decreto-Lei, as normas de execução do Orçamento do Estado para 2004.

O decreto-lei de execução orçamental, hoje aprovado em definitivo, após conclusão do processo de audições, contém as normas necessárias à execução do Orçamento de Estado do ano em curso, incluindo as relativas ao orçamento dos serviços integrados, aos orçamentos dos serviços e fundos autónomos e ao orçamento da Segurança Social.

O decreto-lei de execução orçamental de 2004 pretende desenvolver, na esteira do que se aprovou no Orçamento do Estado, a política de consolidação orçamental que tem vindo a ser seguida, designadamente pela adopção de medidas de criterioso controlo da despesa pública.

Alteração do Código dos Valores Mobiliários

Um Decreto-Lei altera o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro.

Com a presente alteração ao Códigos dos Valores Mobiliários, pretende-se dar resposta às solicitações dos principais intervenientes do mercado, tendo em vista uma maior flexibilização e internacionalização do mercado de capitais português. Vão nesse sentido, por exemplo, a eliminação do princípio da tipicidade dos valores mobiliários, o alargamento do âmbito do conceito de investidor institucional, a adaptação das regras relativas aos mercados à prática dos principais mercados europeus, de forma a tornar os nossos mercados mais competitivos e, em matéria de prospectos, a previsão da possibilidade de divulgação de informação num prospecto redigido em língua estrangeira, dentro de determinadas circunstâncias.

Ainda no âmbito deste plano de acção, o Governo espera apresentar brevemente, entre outras medidas, a revisão do regime jurídico das obrigações hipotecárias, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento e a dinamização do mercado de capitais português.

Emissão, negociação e comercialização de “warrants” autónomos

Por Decreto-Lei é alterado o Decreto-Lei n.º 172/99, de 20 de Maio, que regula a emissão, negociação e comercialização de “warrants” autónomos.

Este diploma insere-se no conjunto de diplomas que integram um plano de acção que o Governo tem vindo a desenvolver com a colaboração activa dos principais agentes do mercado, visando o desenvolvimento e a dinamização do mercado de capitais português.

A alteração que hoje se aprova visa permitir uma maior flexibilização do regime instituído no diploma que se altera, permitindo à CMVM emitir normas regulamentares sobre, nomeadamente, a delimitação dos activos subjacentes e das entidades habilitadas a emitir “warrants” autónomos.

Disciplina aplicável ao «papel comercial»

Um Decreto-Lei regula a disciplina aplicável aos valores mobiliários de natureza monetária designados por papel comercial.

O desenvolvimento dos mercados de capitais e monetários, aconselhava a revisão do regime jurídico do “papel comercial”, no sentido de criar condições para um mais eficiente funcionamento do respectivo mercado e para uma maior flexibilização das condições de emissão.

Das alterações introduzidas merece especial destaque a não exigibilidade de rating ou de prestação de garantia, quando se trate de emittentes com capitais próprios ou património líquido não inferiores a 5 milhões de euros ou sempre que o valor nominal unitário da emissão seja igual ou superior a □ 50.000.

Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Educação

Conselho de Ministros

Um Decreto Regulamentar aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Educação.

O Governo aprovou a conclusão do processo de reestruturação orgânica do Ministério da Educação, na sequência da nova orgânica do Ministério, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 208/2002. A conclusão desse processo traduz-se na aprovação de todos os decretos regulamentares – referidos neste ponto e nos seguintes – relativos aos serviços centrais e periféricos do Ministério, neste caso da Secretaria-Geral, bem como na preparação, já feita, das normas complementares, constantes de portaria.

Trata-se de uma estrutura orgânica já enformada pelos princípios orientadores da organização e funcionamento dos serviços da administração directa do Estado, preconizados pelo XV Governo Constitucional, princípios esses pelos quais se aguardou, traduzindo uma estrutura flexível, racional e correspondendo ao redesenho dos processos globais do funcionamento do Ministério da Educação.

A Secretaria-Geral é atribuída a missão essencial de prestação de serviços partilhados aos demais órgãos e departamentos do Ministério da Educação, numa lógica declarada de actuação eficiente e eficaz.

Orgânica da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação

Outro Decreto Regulamentar aprova a orgânica da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação.

A Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular tem por missão essencial contribuir para a formulação da componente pedagógica e didáctica da política educativa e para a formulação da política de apoios e complementos educativos, bem como coordenar e acompanhar a respectiva execução, desempenhando as competências referidas no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 208/2002. A Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular tem, ainda, por missão colaborar com o Gabinete de Avaliação Educacional, realizando, em especial, as acções de natureza logística, operacional e de correcção de provas, necessárias em matéria de avaliação externa das aprendizagens.

Orgânica do Gabinete de Avaliação Educacional do Ministério da Educação

Também por Decreto Regulamentar é aprovada a orgânica do Gabinete de Avaliação Educacional do Ministério da Educação.

O Gabinete de Avaliação Educacional tem por missão essencial o planeamento, concepção, coordenação, elaboração, validação, aplicação e controlo dos instrumentos de avaliação externa das aprendizagens, numa lógica declarada de actuação eficiente e eficaz.

Orgânica da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

Por Decreto Regulamentar é aprovada a orgânica da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação.

A Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação tem por missão essencial a concepção e coordenação da execução das políticas de desenvolvimento e de gestão dos recursos humanos, docentes e não docentes, das escolas e o apoio técnico-normativo à formulação das mesmas.

Orgânica do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo

Outro Decreto Regulamentar aprova a orgânica do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo.

Ao Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo é atribuída a missão essencial de produção e análise estatística, de avaliação do sistema educativo, incluindo o apoio técnico e logístico à respectiva estrutura orgânica, de elaboração de estudos prospectivos e de planeamento estratégico relativamente ao sistema educativo e de concepção, execução e coordenação na área do desenvolvimento organizacional e dos sistemas de informação e comunicação, com o objectivo de apoiar a formulação e desenvolvimento das políticas de educação e de formação vocacional e de assegurar a disponibilidade de informação de gestão do sistema educativo.

Orgânica do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação

Também por Decreto Regulamentar o Conselho aprovou a orgânica do

Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

Ao Gabinete de Gestão Financeira é atribuída a missão essencial de programação e gestão financeira do Ministério da Educação, assim contribuindo para a elaboração da política educativa num dos seus momentos essenciais, numa lógica declarada de actuação eficiente e eficaz.

Orgânica do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério da Educação

Um Decreto Regulamentar aprova a orgânica do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério da Educação.

Ao Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais é atribuída a missão essencial de planeamento, coordenação, informação e apoio técnico, em matéria de educação e de formação vocacional, no âmbito dos assuntos europeus e das relações internacionais e de cooperação, numa lógica declarada de actuação eficiente e eficaz.

Orgânica da Direcção Regional de Educação do Alentejo

Outro Decreto Regulamentar aprova a orgânica da Direcção Regional de Educação do Alentejo.

A Direcção Regional de Educação do Alentejo é atribuída a missão essencial de, no âmbito da sua circunscrição territorial, desempenhar as funções de administração desconcentrada relativas às atribuições do Ministério da Educação e às competências dos serviços centrais, assegurando a orientação e coordenação do funcionamento das escolas e respectivos agrupamentos e o apoio aos mesmos, bem como o apoio e informação a todos os utentes do sistema educativo, numa lógica declarada de actuação eficiente e eficaz.

Orgânica da Direcção Regional de Educação do Algarve

Um Decreto Regulamentar aprova a orgânica da Direcção Regional de Educação do Algarve.

A Direcção Regional de Educação do Algarve é atribuída a missão essencial de, no âmbito da sua circunscrição territorial, desempenhar as funções de administração desconcentrada relativas às atribuições do Ministério da Educação e às competências dos serviços centrais, assegurando a orientação e coordenação do funcionamento das escolas e respectivos agrupamentos e o apoio aos mesmos, bem como o apoio e informação a todos os utentes do sistema educativo, numa lógica declarada de actuação eficiente e eficaz.

Orgânica da Direcção Regional de Educação do Centro

O Conselho, sempre por Decreto Regulamentar, aprovou a orgânica da Direcção Regional de Educação do Centro.

A Direcção Regional de Educação do Centro é atribuída a missão essencial de, no âmbito da sua circunscrição territorial, desempenhar as funções de administração desconcentrada relativas às atribuições do Ministério da Educação e às competências dos serviços centrais, assegurando a orientação e coordenação do funcionamento das escolas e respectivos agrupamentos e o apoio aos mesmos, bem como o apoio e informação a todos os utentes do sistema educativo, numa lógica declarada de actuação eficiente e eficaz.

Orgânica da Direcção Regional de Educação de Lisboa

Um Decreto Regulamentar aprova a orgânica da Direcção Regional de Educação de Lisboa.

A Direcção Regional de Educação de Lisboa é atribuída a missão essencial de, no âmbito da sua circunscrição territorial, desempenhar as funções de administração desconcentrada relativas às atribuições do Ministério da Educação e às competências dos serviços centrais, assegurando a orientação e coordenação do funcionamento das escolas e respectivos agrupamentos e o apoio aos mesmos, bem como o apoio e informação a todos os utentes do sistema educativo, numa lógica declarada de actuação eficiente e eficaz.

Orgânica da Direcção Regional de Educação do Norte

Finalmente e também por Decreto Regulamentar, o Conselho de Ministros aprovou a orgânica da Direcção Regional de Educação do Norte.

A Direcção Regional de Educação do Norte é atribuída a missão essencial de, no âmbito da sua circunscrição territorial, desempenhar as funções de administração desconcentrada relativas às atribuições do Ministério da Educação e às competências dos serviços centrais, assegurando a orientação e coordenação do funcionamento das escolas e respectivos agrupamentos e o apoio aos mesmos, bem como o apoio e informação a todos os utentes do sistema educativo, numa lógica declarada de actuação eficiente e eficaz.

Ecos da Convenção Autárquica de Portalegre

Norte Alentejano: olhar o Presente uma ideia para o Futuro na valorização da Terra e das Gentes



A coudelaria de Alter, é um valor identitário da região, além da sua potencialidade de altos proveitos materiais a todos os níveis

Na convenção autárquica distrital de Portalegre, realizada no passado dia 7 em Alter do Chão, o Presidente da Distrital e Secretário-Geral Adjunto do PSD, José Matos Rosa, apresentou uma comunicação subordinada ao tema «Norte Alentejano: um olhar sobre o Presente e uma ideia para o Futuro», na qual, para além de um breve «retrato biográfico» da região, apreciou os elementos que poderão influir na valorização futura da terra e das gentes e apresentou propostas e medidas que poderão – e deverão – ser concretizadas, para que tal valorização e progresso do Norte Alentejano se transformem nas realidades tão desejadas e esperadas por todos.

Os indicadores sócio-económicos da região foram brevemente expostos por Matos Rosa, começando pela população residente, que diminuiu de 5%, de 1991 para 2001, passando de 130.970 para 124.565, sendo nesse último ano composta por cerca de 25.000 jovens, pouco mais de 40.000 activos e mais de 50.000 idosos, o que resulta num índice de dependência de 64 %.

A densidade populacional é uma das mais fracas do País, atingindo apenas os 20 habitantes por quilómetro quadrado e os outros elementos demográficos, à excepção da taxa de mortalidade, são também desfavoráveis. O desemprego, em Dezembro de 2003 era dos mais elevados, em consonância com o poder de compra, que era dos mais baixos.

A rede de distribuição de água ainda não atingia 15% da população e as redes de saneamento apenas

chegavam a 68 % dos habitantes.

Mas o panorama, se é geralmente preocupante, não deixa de ter aspectos positivos, pois há diversos pólos estruturantes, à volta dos quais se pode construir muita da realidade futura, como por exemplo o turismo, comércio e indústria, agricultura, cultura, desportos, educação, ambiente, recursos minerais, vias de transporte rodoviário e caminhos de ferro, proximidade de fronteira com a Espanha, segurança e uma certa qualidade de vida que a própria natureza natureza concede.

Não podem ser ignorados valores como os da coudelaria de Alter do Chão, a matriz do cavalo lusitano; o termalismo em Nisa e Cabeço de Vide; a caça em Sousel, Castelo de Vide, Marvão e Avis; o golfe em Marvão e de forma geral, um riquíssimo património histórico e paisagístico.

A Fescampo, as festas de Campo Maior e a feira das Cores e Sabores, atraem cada vez mais visitantes e Elvas é uma cidade com elevados valores de comércio - embora já tenha conhecido melhores dias - enquanto Portalegre, Campo Maior e Ponte de Sôr tem indústrias relevantes e que são histórias de sucesso.

A agricultura da região de Portalegre, embora tenha valores firmes na cortiça, no cavalo, nas ganadarias e criação de gado leiteiro, apoiadas em sete barragens de boa envergadura, poderia e deveria ir mais além, embora os seus produtos certificados, que vão dos enchidos, queijo e frutas, até ao azeite, o vinho a azeitona e o borrego, tenham adquirido renome nacional e nalguns casos internacional, apresentados muitas vezes em eventos como a Feira Nacional do Azeite e a Festa da Castanha.

Até os recursos minerais poderiam ser bem mais valorizados, nos capítulos das rochas ornamentais e industriais e das águas de mesa.

Portalegre não é uma zona inculta, no sentido intelectual do termo, com vários grupos de teatro activos, uma orquestra e várias bandas, escolas superiores e um conservatório regional. É também uma zona privilegiada para a prática de desporto motorizado de todo-o-terreno, e desportos náuticos nos espelhos de água das maiores barragens. O simples desfrutar das suas belezas ambientais, incluindo o parque natural da serra de S. Mamede, não podem ser esquecidos.

Ideias para o Futuro

É à luz destas realidades que diversas propostas podem ser formuladas para que a região de Portalegre entre resolutamente na via do desenvolvimento sustentado, para que a qualidade de vida melhore, para que a desertificação humana seja interrompida. Em resumo, para que o futuro seja melhor e mais atractivo.

Assim, o sector do Turismo necessita a construção de uma escola de hotelaria e turismo, de mais dois campos de golfe, de dois hotéis de qualidade, a qualificação de Marvão como Património Mundial e a planificação integrada de todo o produto turístico e da indústria do lazer.

O Comércio e a Indústria, deverão ser revitalizados e reformulados onde necessário, a rede

viária e ferroviária reformadas e reestruturadas, novas indústrias, especialmente as ligadas à biotecnologia, captadas para a região e apoiada a dignificação dos produtos locais, com a criação de uma marca distrital que caracterize o Norte Alentejano.

As novas tecnologias são essenciais para a concretização de todos estes objectivos, especialmente a cobertura muito urgente do acesso alargado à Internet de Banda Larga e «wireless».

A agricultura deve fazer uma aposta firme na floresta sustentada e nas capacidades de regadio, capazes de apoiar a bio-agricultura e a agro-indústria. Faz falta um melhor cuidado com o ambiente e a divulgação atempada da sua alta qualidade na zona de Portalegre, bem como a criação de polos politécnicos, incluindo uma escola superior de saúde.

Na rodovia e na ferrovia, muito há a fazer, no IP2, no IC 13 e em estradas nacionais; na modernização e ligação directa à linha do Leste e desta, à linha da Beira Baixa, do ramal de Portalegre, com ligação a Estremoz, construção e manutenção de pontes e manutenção do ramal de Cáceres. A rede nacional de TGV e transporte rápido de mercadorias deve contemplar o distrito, facilitando acessos, escoamento e movimentação de pessoas e bens.

São fundamentais a concepção e execução de um verdadeiro Plano de Desenvolvimento Distrital, bem como de metodologias específicas para a fixação e aumento da população. Algumas medidas que podem ser consideradas radicais devem, entretanto, ser postas em prática, como por exemplo a abertura de um escritório em Lisboa para a promoção e captação de novas famílias que queiram fixar-se na região; e a construção da nova cidade.

*

Tudo o que fica de fundamental deste trabalho pode resumir-se de uma forma sucinta: uma ideia para o futuro, uma esperança e um sonho, que podem e devem transformar-se rapidamente em realidade. - JMR, para o “Povo Livre”



O vinho da Cooperativa de Portalegre tem alta qualidade e prestígio e é um dos pólos estruturantes do Distrito

A dinamização e promoção da Cultura será um dos pilares estratégicos do novo Governo Regional PSD



Victor Cruz anunciou há dias, em Vila Franca do Campo, que pretende criar uma Fundação Regional para a dinamização da cultura nos Açores e instituir uma linha de crédito para incentivo à produção cultural, se o PSD vencer as eleições regionais do próximo mês de Outubro. Num encontro com agentes culturais da Ilha de S. Miguel, o candidato social democrata a Presidente do Governo defendeu o acesso regional aos programas nacionais de apoio à cultura e preconizou uma distribuição eficaz dos produtos culturais açorianos no mercado nacional.

O líder social democrata, acompanhado do Ministro da Cultura, Pedro Roseta, afirmou a cerca de uma centena de agentes culturais micalenses que “falta ainda nos Açores uma estrutura funcional de concertação de esforços dispersos, pelas diferentes comunidades locais e domínios culturais, que articule e potencie uma política de valorização regional e de projecção exterior”. O PSD propõe, para isso, a criação de uma Fundação Regional de Dinamização da Cultura nos Açores.

A nova estrutura, como explicou Victor Cruz, visa “conciliar internamente os interesses de iniciativas regionais, municipais e privadas, com vantagem comum, envolvendo, desde logo, os agentes culturais e as suas associações representativas”.

No entanto, disse, “falta também nestas ilhas a primeira oportunidade de lançamento para as novas gerações de produtores de cultura e mesmo um impulso maior para a promoção merecida dos nossos reconhecidos valores culturais”, pelo que se propõe a criação de uma Linha de Crédito de Incentivo à Produção Cultural, que apoiará a organização de eventos culturais, publicação literária, discográfica e conteúdos multimedia.

É imperioso instituir mecanismos de distribuição do produto cultural açoriano no espaço nacional, designadamente através de parcerias com o

Ministério da Cultura e também importa assegurar o acesso regional a programas nacionais de apoio à cultura, porque “... a nossa Autonomia deve ser sempre entendida e exercida como factor de discriminação positiva a favor dos açorianos”.

O líder do PSD considerou que “os produtores culturais dos Açores e as suas obras

acrescentam valor ao nosso País e constituem um contributo vivo para a afirmação e expressão da Açorianidade”.

Victor Cruz explicou que o projecto de desenvolvimento integral que o PSD se propõe implementar no futuro Governo dos Açores assenta em três grandes linhas de orientação estratégica: “o crescimento sustentado da economia açoriana com investimento direccionado para a qualificação da produtividade

e a criação de riqueza, a política ao serviço das pessoas na perspectiva humanista da solidariedade social e a afirmação consistente e consequente da nossa própria identidade cultural, pois também aí precisamos de uma política diferente, um novo impulso, uma maior ambição”.

O encontro que o PSD organizou em Vila Franca do Campo com agentes culturais dos seis concelhos micalenses foi “mais um passo no amplo debate desde há muito desenvolvido no sentido de recolher contributos, de sectores diversificados da sociedade açoriana, para a definição de propostas concretas de uma verdadeira política de dinamização cultural a consagrar no programa eleitoral de governo que vamos sufragar em Outubro para os próximos anos”, afirmou o candidato social democrata.

Para Victor Cruz, “é preciso inaugurar um ciclo inovador de vivência cultural, que projecte os Açores no Mundo das Artes entre a vocação europeia e a diáspora americana; que fomente a valorização e partilha das nossas diferentes potencialidades geográficas; que tanto aposte na preservação da cultura popular açoriana como na afirmação das novas tendências universais”. “Temos cinco séculos de uma herança cultural com identidade própria, temos nove ilhas com valores hipotecados a oportunidades adiadas, temos que ter e teremos uma Região com condições de traçar novos rumos para vencer



O Ministro da Cultura, Pedro Roseta, na sua recente visita aos Açores, na qual acompanhou Vitor Cruz num encontro de agentes culturais

culturalmente os desafios do futuro”, afirmou. Para Victor Cruz, “cooperação, incentivo e consolidação são três palavras-chave para uma nova política de cultura que não esquece o que nos chega do passado, nem ignora o que de bom temos no presente, mas que oferece aos Açores horizontes diferentes para um futuro melhor”.

O candidato do PSD a Presidente do Governo Regional concluiu a sua intervenção com um desafio à participação dos agentes culturais açorianos. “Estamos todos convocados a traçar um novo rumo para a cultura açoriana”, porque “na cultura, com em todos os sectores, o PSD não tem da política uma visão paternalista”. “O nosso projecto não dispensa o contributo de cada um”. Por isso, “hoje na concepção e, sobretudo, amanhã na execução, os agentes culturais serão os primeiros protagonistas da mudança de mentalidades que interessa aos Açores”.

O Ministro da Cultura, Pedro Roseta, que participou na campanha eleitoral para os primeiros órgãos de governo próprio dos Açores em 1976, “assistindo assim ao nascimento da Autonomia Regional”, sublinhou, na sua intervenção, a importância das considerações defendidas por Victor Cruz para a afirmação nacional da cultura açoriana. “Os açorianos conseguiram criar e manter a sua especificidade cultural, enriquecendo o País e o Mundo” e, por isso, reconheceu “vantagem comum” em integrar os Açores nas redes nacionais de interesse cultural, designadamente, nos domínios da museologia, dos cine-teatros e mesmo dos arquivos municipais. – Gab. Press PSD/Açores



De Lisboa

Pedro Santana Lopes em visita guiada de deputados do Grupo Parlamentar do PSD

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Santana Lopes, promoveu uma visita guiada a algumas das principais obras do seu mandato, com deputados do grupo parlamentar do PSD e jornalistas. “Nenhuma promessa essencial vai ficar por cumprir”, garantiu o presidente da autarquia, ao mostrar os resultados de dois anos de gestão.

O local reservado ao futuro empreendimento “Vale de Santo António”, a Rua da Madalena, o Intendente, o Túnel do Marquês e Monsanto, foram alguns dos locais percorridos pela comitiva.

“Revitalizar, reabilitar e repovoar foram os compromissos que assumimos”, frisou o autarca, enumerando os projectos de revitalização entregues aos arquitectos Frank Gehry (Parque Mayer), Jean Nouvel (Alcântara) e Norman Foster (24 de Julho).

Durante a visita, Pedro Santana Lopes anunciou novas medidas para a cidade de Lisboa, como a criação de mais uma Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), destinada exclusivamente à manutenção e conservação de fogos degradados nos



bairros de habitação social construídos pelo município.

Além das duas sociedades de reabilitação já anunciadas, uma para Alcântara e Ajuda e outra para a parte da Baixa, Alfama e Rua de S. Paulo, Santana Lopes falou na criação de uma terceira entidade vocacionada para a reabilitação dos bairros municipais. A CML propõe-se, assim, a recuperar

10 mil dos 25 mil fogos de que é proprietária e Chelas poderá ser uma das primeiras zonas a avançar. “É claro que a outra face da moeda da reabilitação urbana é a criação de uma nova lei do arrendamento”, sublinhou o autarca.

A criação de novos corredores BUS em alguns dos principais eixos viários da cidade e a retirada dos

sucateiros do Alvito foram duas medidas que o autarca deu como garantidas, assim como uma piscina municipal para cada bairro. “Serão equipamentos muito simples, mas funcionais, onde toda a gente, desde a criança ao idoso, poderá nadar”, frisou, lembrando que na Alta de Lisboa será edificado um grande complexo desportivo com piscinas olímpicas, e em Chelas também está previsto um polidesportivo com piscinas. O presidente da autarquia garantiu ainda que parte da Feira Popular de Lisboa já deverá estar a funcionar em Monsanto, junto ao Parque Infantil do Alvito, no próximo Verão.

Diversões como a Casa Assombrada, Montanha Russa e pôneis a passear pelo parque florestal estão garantidas. “Brevemente daremos início aos trabalhos de saneamento que são necessários, e neste Verão, esperemos que parte da feira já esteja a funcionar. Este é o espaço ideal para as crianças se divertirem. O novo parque terá menos ruído e ficará numa zona despoluída, ao contrário da situação actual”, disse o autarca, já no termo da visita – **Gab. Press. CML**

Cooperação com Cabo Verde na área da Saúde na visita oficial de Carlos Martins



Na primeira semana de Fevereiro, o Secretário de Estado da Saúde, Carlos Martins, deslocou-se a Cabo Verde, em visita oficial, no quadro da cooperação entre Portugal e aquele país lusófono, que abrange um vasto leque de iniciativas, da cultura à saúde.

Nessa ocasião foram assinados no Palácio do Governo da Cidade da Praia, três Protocolos entre a Direcção Geral de Saúde e a Direcção Geral da Farmácia de Cabo Verde, respectivamente com o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), com o Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH) e com o Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED).

Estes Protocolos, previstos na Carta de Intenções assinada também na Cidade da Praia, em

9 de Outubro passado, pelos Ministros da Saúde de ambos os Países, visam o apoio técnico ao nível da oferta de equipamentos hospitalares, de apoio na área da Política da Farmácia e do Medicamento, de apoio à elaboração de legislação na área da saúde, missões clínicas de curta e média duração e evacuações de doentes, assim como formação de pessoal em várias profissões de saúde, desde médicos a enfermeiros, quadros técnicos de manutenção e conservação de equipamentos e instalações de saúde e de tripulantes de viaturas de emergência e socorro.

Nesta visita oficial, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde recebeu o Secretário de Estado da Saúde, tendo sido feita uma rápida análise da cooperação entre os dois Países e analisado o alcance desta missão, em termos do reforço das já excelentes relações bilaterais também nesta área.

O intenso programa da visita ao Secretário de Estado, um conjunto de observações “in loco” da realidade da política de Saúde em Cabo Verde, nomeadamente nas Ilhas de Santiago, São Vicente e Sal.

Simbolicamente foram ainda entregues pelo Secretário de Estado ao Hospital Baptista de Sousa, vários conjuntos de material cirúrgico e duas incineradoras para tratamento de resíduos hospitalares.

No âmbito do reforço das relações de Cooperação, está prevista a assinatura de mais dois Protocolos, um na área da Política do Sangue e o outro na área da Saúde Pública, que encerrarão o compromisso assumido em termos do novo quadro de acções, que também envolve a evacuação de doentes para Portugal que será revista e melhorada no rigor, qualidade, acolhimento e retorno dos apoiados, sabendo-se que não haverá diminuição do número de doentes a evacuar, pois o trabalho conjunto permitirá fazer mais e melhor com os mesmos recursos financeiros.

Para além das reuniões e visitas de trabalho, o Secretário de Estado da Saúde estimulou e organizou reuniões entre dois potenciais investidores portugueses (HPP, Hospitais Privados de Portugal e PLURIBUS II) com o Ministro da Saúde de Cabo Verde, face à intenção destas empresas em contribuir para o aumento da capacidade instalada no País, para a sua competitividade enquanto destino turístico e para a qualidade de vida das suas populações.

O balanço desta missão foi bastante positivo, uma vez que os objectivos foram plenamente alcançados e foram ainda assumidos novos projectos para reafirmar o empenho comum na área da Cooperação entre os dois Países e os dois Ministérios. - **Gab. Press. Saúde**

Durão Barroso em Madrid

O Chefe do Governo e Presidente do PSD representou o País e o Partido numa visita oficial de quatro dias

O Primeiro-Ministro e Presidente do PSD, José Manuel Durão Barroso, iniciou no passado dia 12 uma visita a Madrid, na qual proferiu uma conferência no Fórum Nova Economia, participou numa reunião da Internacional Democrata do Centro e no arranque da campanha do Partido Popular.

Durão Barroso prolongou a sua estada na capital espanhola até Domingo para participar no encerramento da Convenção Nacional do Partido Popular (PP), onde foi apresentado o programa eleitoral com que os populares, actualmente no poder, concorrem às eleições gerais de 14 de Março.

Na quinta-feira, Durão Barroso, acompanhado pelo seu homólogo espanhol, José Maria Aznar, foi o orador num debate com centenas de empresários, políticos e outras individualidades dos dois países convidados a participar no almoço-conferência do Fórum Nova Economia, uma iniciativa do Wall Street Journal.

Depois de uma intervenção centrada nas relações económicas entre os dois países, Durão Barroso dispôs-se a responder a perguntas de muitos dos cerca de 400 participantes.

Ainda na quinta-feira, o Primeiro-Ministro participou, no final da tarde, nos trabalhos da reunião de líderes da Internacional Democrata do Centro, mas foi no dia seguinte, sexta-feira, que proferiu um discurso de fundo neste encontro.

Também na sexta-feira, o chefe do Governo português foi recebido, de manhã, pelo Rei de Espanha, D. Juan

Carlos, no palácio da Zarzuela.

No penúltimo dia da visita, sábado, Durão Barroso visitou os “stands” das 16 empresas portuguesas que participaram na Semana Internacional da Moda de Madrid e assistiu a um desfile de moda das colecções dessas empresas.

O programa de sábado foi completado com uma visita à ARCO, que foi inaugurada quarta-feira, e às 14 galerias portuguesas presentes nesta edição da Feira de Arte Contemporânea mais visitada do mundo.

Na sua alocução no almoço-conferência do Fórum Nova Economia, em que foi o orador convidado, perante o seu homólogo espanhol, José Maria Aznar e cerca de 400 empresários e políticos espanhóis e portugueses Durão Barroso defendeu a criação de um sistema regulador de mercados, comum a Portugal e Espanha, que seja o mais vasto e abrangente possível, sustentando que a criação desse regulador “deve ser um dos objectivos principais dos dois países”.

“Um sistema regulador comum, o mais vasto e abrangente possível, semelhante ao previsto para o mercado ibérico da energia eléctrica (MIBEL), pode proporcionar um regime de transparência e confiança que aproxime os agentes económicos dos dois países”, sublinhou o Primeiro-Ministro português.

Num discurso centrado nas relações económicas [embora tenha falado também das relações culturais, da proximidade política e a cooperação entre os dois Governos, da questão do Iraque e da futura União Europeia alargada], Durão Barroso



garantir que “todas as áreas estão abertas a uma maior cooperação bilateral”.

A Cimeira Luso-Espanhola da Figueira da Foz, no final do ano passado, “simboliza uma nova confiança nas relações entre os dois Governos e as duas sociedades”, disse Durão Barroso, recordando os avanços na criação do MIBEL, da ligação ferroviária em alta velocidade e o acordo conseguido para a utilização mútua dos serviços de saúde.

No âmbito da cultura, Durão Barroso admitiu que há ainda muito por fazer e anunciou a abertura, no próximo ano, de um Centro Cultural de Portugal em Espanha.

Durão Barroso dedicou também parte do discurso ao elogio político e pessoal de José María Aznar, a quem se dirigiu na primeira pessoa, salientando o seu contributo para que todos estes passos tenham sido possíveis.

Aliás, o mesmo fez Aznar nas palavras de abertura do almoço-conferência, quando apresentou Durão Barroso como “um grande político”, elogiou a sua visão da Europa e do Mundo e afirmou que “os espanhóis têm que agradecer-lhe a solidariedade com Espanha na luta contra o terrorismo e a ETA”.

Ambos os chefes de governo se referiram a uma nova relação entre os dois países, mais aberta, “marcada pelo futuro e não pelo passado”, e como frisou Aznar, acima dos

Governos, “porque estes mudam e os países ficam”.

Por seu lado, Durão Barroso manifestou a sua convicção que foi bom para Portugal e Espanha estarem ao lado dos Estados Unidos na guerra do Iraque e defendeu que o apoio português não terá custos para o país no seio da União Europeia.

“Não podemos pensar em custos políticos e creio que tomei a decisão mais justa”

“Não podemos pensar em custos políticos e creio que tomei a decisão mais justa” afirmou, rejeitando a hipótese de que o apoio de Portugal à intervenção norte-americana no Iraque, possa eventualmente ter um custo político na União Europeia, onde a França e a Alemanha mantiveram uma posição crítica face aos Estados Unidos.

“Sempre estaremos do lado dos nossos aliados e Espanha é o nosso aliado mais próximo, os Estados Unidos o nosso aliado mais forte e com o Reino Unido temos uma aliança histórica”, frisou o Primeiro-Ministro, conquistando aplausos das cerca de 400 pessoas presentes no almoço-conferência.

Durão Barroso defendeu que “foi bom para Portugal e Espanha estarem ao lado dos Estados Unidos” e recordou que a maioria dos países que





Durão Barroso em Madrid (continuação)

Convidado pelo «Wall Street Journal» o Primeiro-Ministro proferiu uma conferência no “Forum Nova Economia”

em breve vão integrar a UE, apoiaram e apoiaram a intervenção no Iraque.

Questionado sobre a dimensão da presença portuguesa no Iraque, muito reduzida face aos 1.300 militares espanhóis, o chefe do Governo disse que “Portugal não tem intenção de aumentar essa presença” porque “esta é a possível, face às dimensões e aos recursos que Portugal tem”.

No dia seguinte, na reunião da Internacional Democrata do Centro (IDC), o Primeiro-Ministro português elogiou o contributo dado pelo seu homólogo espanhol para a afirmação da família política que constitui a Internacional Democrata, na reunião de líderes desta associação.

“É altura de todos dizermos a José Maria Aznar que o que ele fez à frente do governo de Espanha foi um grande contributo para o seu país, mas também para esta família política”, referiu Durão Barroso na sessão de encerramento da reunião.

O chefe do governo português confessou-se orgulhoso por ter sido com Aznar, há dois anos, um dos grandes entusiastas do renascimento da IDC.

Referindo-se à adesão de sete novos partidos a esta organização, o Primeiro-Ministro português, sublinhou que o número de partidos membros já ultrapassou a barreira dos 100. Numa reunião em que as

confiança na vitória do PP.

“Espanha não quer desperdiçar o prestígio de que goza actualmente no Mundo, não quer voltar atrás”, afirmou Durão Barroso, terminando o discurso com vivas a Rajoy, a Espanha e ao PP.

Nesta reunião de líderes da IDC, José Maria Aznar foi reeleito presidente e Durão Barroso para uma das vice-presidências.

O último discurso foi de José Maria Aznar, que prometeu aproveitar esta plataforma política para continuar a defender os valores que sempre defendeu internacionalmente e como Presidente do Governo de Espanha.

“Vou continuar a trabalhar pelas nossas ideias e valores (...) Tenho como desafio unir todas as forças que compartilham estes valores e é nesse caminho que vou actuar enquanto presidente da IDC”, concluiu.

Num encontro com jornalistas, em que resumizou os eventos da visita, o Primeiro-Ministro português considerou que Portugal será tão ou mais competitivo que Espanha a médio prazo e defendeu que os dois países devem apostar no objectivo comum de criação de um espaço privilegiado.

“Temos [Portugal e Espanha] condições extraordinárias para sermos um espaço privilegiado”, afirmou Durão Barroso, insistindo na



atenções se centraram no apoio a Mariano Rajoy, novo líder do Partido Popular e sucessor de Aznar para as eleições gerais de 14 de Março, também Durão Barroso manifestou

ideia que deixou a empresários e outras individualidades dos dois países que assistiram, na quinta-feira, ao almoço-conferência, em que foi orador convidado.

Durão Barroso falou ainda de uma “inteligência estratégica” em que se aposte no crescimento de um parceiro, porque isso significa ganhos para ambos, e sublinhou, como já tinha dito aos empresários espanhóis, que não olhem para as dificuldades conjunturais de Portugal.

“Portugal pode ganhar a batalha do desenvolvimento sendo mais competitivo que Espanha e estamos a criar condições para que isso aconteça”, sublinhou o Primeiro-Ministro, rebatendo uma vez mais a ideia de protecção e de um Portugal defensivo.

Desenvolvendo a ideia da criação de um quadro regulador comum no espaço ibérico, Durão Barroso disse que essa será a forma de evitar discriminações e garantir uma concorrência saudável.

“Ainda não existem condições para isso, mas, progressivamente, creio que devemos avançar para outras áreas

da energia - o gás, por exemplo -, a área financeira e telecomunicações, entre outras, como já fizemos para o mercado da energia eléctrica, primeiro com cooperação entre os reguladores dos dois países e depois até para reguladores comuns”, afirmou.

“É possível uma relação de equilíbrio e isso também passa por Espanha reconhecer as sensibilidades do lado português”

As relações entre Portugal e Espanha, sobretudo a nível económico, são o objectivo principal desta visita de quatro dias a Madrid e foram também abordadas pelo Primeiro-Ministro na audiência concedida, no termo da visita, pelo

Durão Barroso em Madrid (continuação)

Presente em mostras de Arte e Moda o Primeiro-Ministro enalteceu a presença de artistas e industriais portugueses



Rei D. Juan Carlos.

Sem revelar outros pormenores do encontro, Durão Barroso adiantou que foram abordadas as vantagens da abertura que existe nas relações entre Portugal e Espanha.

“É possível uma relação de equilíbrio e isso também passa por Espanha reconhecer as sensibilidades do lado português”, afirmou Durão Barroso, que se referiu “à questão das pescas [no espaço da União Europeia] e da regulação das águas ocidentais” como um exemplo de que, por vezes, é necessário resolver entre os dois Governos questões que podiam tornar-se problemáticas.

Depois do almoço-conferência de quinta-feira, da audiência com o Rei e de uma intervenção na reunião de líderes da Internacional Democrata Cristã, o Primeiro-Ministro ofereceu à noite um jantar a diversas personalidades espanholas.

Participam no jantar, entre outros, o Primeiro-Ministro José María Aznar e vários dos seus ministros, como Rodrigo Rato (Economia), Ana Pastor (Saúde e Consumo) e Eduardo Zaplana (Trabalho e porta-voz do Governo), o líder do Partido Popular, Mariano Rajoy, a presidente do Governo da Comunidade de Madrid, Esperanza Aguirre, e os presidentes

das câmaras de comércio conjuntas.

No dia 14, Durão Barroso, visitou às 14 galerias portuguesas presentes na ARCO - Feira Internacional da Arte Contemporânea de Madrid e destacou o dinamismo da arte portuguesa e a sua descentralização. Durão Barroso mostrou-se especialmente satisfeito com a aceitação que já têm no mercado internacional, muitos jovens artistas plásticos portugueses.

“Tive oportunidade de trocar breves impressões com dois Comissários da exposição, um norte-americano e outro belga, que me dizem que os jovens criadores portugueses, alguns ainda pouco conhecidos em Portugal, tem grande reconhecimento por exemplo em Nova Iorque, que é um dos mercados da arte mais importantes do Mundo”, referiu o Primeiro-Ministro em declarações aos jornalistas.

Destacando o “extraordinário dinamismo” da arte portuguesa e o plano de igualdade com os artistas dos outros países, que pode ser visto nesta feira, Durão Barroso sublinhou também a descentralização, já que estão presentes galerias de diferentes regiões.

A presença portuguesa na ARCO, a feira de arte contemporânea mais

visitado do mundo, é composta por nove galerias de Lisboa, quatro do Porto e uma de Braga, que mostram obras de cerca de uma centena de artistas nacionais e até alguns estrangeiros que trabalham em Portugal, incluindo não só trabalhos



de Paula Rego, Miguel Branco, Graça Moraes, Pedro Cabrita Reis, Urbano, Miguel Rebelo e Jorge Molder, mas também de jovens artistas que começam a afirmar-se.

Os organizadores da exposição esperam superar os 200 mil visitantes nesta 23ª edição da ARCO, que começou quinta-feira, dia 12, e termina segunda-feira, dia 16.

Também na Semana Internacional da Moda de Madrid (SIMM), o Primeiro Ministro destacou que o aumento das exportações e a conquista de novos mercados pelas empresas têxteis portuguesas, presentes nesta Semana Internacional da Moda, mostra que estas estão no caminho correcto e estão nesse caminho “porque olham para o mercado ibérico e procuram a internacionalização”, salientou o chefe do Governo.

Durão Barroso, que dedicou o terceiro dia da visita oficial a Madrid a visitar os “stands” portugueses na SIMM e na ARCO-Feira Internacional da Arte Contemporânea de Madrid, mostrou-se orgulhoso por as empresas portuguesas se mostrarem, e com qualidade, ao lado das melhores do sector a nível internacional.

Aumento das exportações, conquista de novos mercados

O aumento das exportações, a conquista de novos mercados e o

optimismo reportado pela maioria das empresas presentes, são a prova de que as empresas têxteis e de vestuário estão no caminho correcto, e com qualidade, ao lado das melhores do sector a nível internacional.



Durão Barroso em Madrid (conclusão)

O elogio da acção de José Maria Aznar e o apoio ao novo líder Mariano Rajoy na Convenção Eleitoral dos “Populares” espanhóis



defendeu que o resultado das eleições de 14 de Março em Espanha será decisivo para o país, mas também para a Europa, manifestando apoio total a Mariano Rajoy, o candidato do Partido Popular.

Falando em nome do PSD e de Portugal, referiu-se “à grande diferença do que era Espanha antes dos Governos de José Maria Aznar e a Espanha de hoje” e defendeu que esse progresso terá continuidade se a vitória for de Mariano Rajoy.

Vinculando a estabilidade política com o progresso de um país, Durão Barroso insistiu que “em Espanha só o PP e Mariano Rajoy podem garantir” esse valor.

“PSD e Portugal estarão ao lado de Mariano Rajoy e do próximo Governo de Espanha”, afirmou, num discurso em que utilizou várias vezes as palavras “avançamos juntos”, que é o “slogan” escolhido para a

campanha do PP.

“Avançamos juntos no reforço dos laços transatlânticos (...) avançamos juntos na Construção duma União Europeia em que todos os estados membros se possam rever (...) avançamos juntos pelo reforço da comunidade ibero-americana”, disse Durão Barroso, e depois no futuro, convicto da vitória dos populares a 14 de Março, “PSD e PP vão avançar juntos (...)”.

Além do chefe do Governo português, também o Primeiro-Ministro francês esteve neste acto de apoio ao PP para as eleições gerais, ao lado do actual presidente do Governo espanhol, José Maria Aznar, e do candidato ao lugar Mariano Rajoy.

Durão Barroso terminou, com esta participação na Convenção dos populares espanhóis uma visita oficial de quatro dias a Madrid. - **Fontes: PL e “Lusa”**

referiu o Primeiro-Ministro.

Neste contexto, recordou que, pela primeira vez, no primeiro semestre de 2003 Portugal exportou mais neste sector para o mercado espanhol do que Espanha para o mercado português.

“Há quem diga que o têxtil nos países desenvolvidos está condenado, pela concorrência que sofre dos países de mão-de-obra barata, como a China, mas isso não é verdade e está provado por alguns países europeus

na SIMM - 21 marcas, das quais 17 masculinas e quatro femininas - o Primeiro-Ministro esteve acompanhado pelo ministro da Economia, Carlos Tavares, e pelo ministro-Adjunto, José Luís Arnaut.

Já na fase final da visita, numa intervenção de fundo na sessão de encerramento da Convenção Nacional do PP, Durão Barroso sublinhou que a sua presença não foi só por retribuição ao apoio que recebeu de José Maria Aznar, o seu



(...) e em Portugal continuará a ter um peso importante, ganhando com a aposta na qualidade, no ‘design’, no detalhe”, defendeu Durão Barroso.

Nesta visita à presença portuguesa

homólogo espanhol e anterior líder do PP, mas sim “porque o que está em jogo é decisivo para Espanha e também para a Europa”.

O Primeiro-Ministro português



O Primeiro-Ministro na Roménia e na Bulgária

Intensificação dos laços económicos e apoio português à candidatura dos dois países à União Europeia

Como demos notícia no número anterior, o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, deslocou-se durante três dias, a partir de Domingo da anterior semana à Roménia e Bulgária, com vista a aprofundar o relacionamento bilateral de Portugal com estes dois países candidatos à adesão à União Europeia.

“Esta viagem é importante, pois, amanhã, tanto a Roménia como a Bulgária serão novos parceiros de Portugal no âmbito da União Europeia, pelo que existe interesse privilegiado, sobretudo a nível económico, em aprofundar os laços institucionais com estes países”, declarou fonte do Governo à Agência Lusa.

Para intensificar os laços económicos entre Lisboa e Bucareste, Durão Barroso foi acompanhado na viagem ministro da Economia, Carlos Tavares, e alguns empresários portugueses. O Chefe do Governo português chegou à Roménia na noite de domingo e esteve num jantar com os empresários que o acompanhavam.

A visita oficial começou na manhã seguinte, com uma reunião com o seu homólogo romeno, Adrian Nastase, sendo o encontro alargado, mais tarde, às respectivas delegações.

No mesmo dia, Durão Barroso irá participar numa cerimónia de deposição de uma coroa de flores junto ao Monumento do Soldado Desconhecido, em memória dos combatentes da Primeira Guerra



Durão Barroso coloca uma coroa de flores no monumento aos Mortos da Grande Guerra, na Roménia



O Primeiro-Ministro de Portugal é recebido pelo presidente búlgaro, Georgi Parvanov, no início do seu encontro oficial em Sófia

Mundial.

Na agenda estava previsto um encontro entre o primeiro-ministro de Portugal e o Presidente romeno, Ion Iliescu, um almoço oferecido por Adrian Nastase em honra de Durão Barroso e uma reunião com o presidente do Senado, Nicolai

Vacaroiu.

Na tarde de segunda-feira, Durão Barroso seguiu para a capital da Bulgária, Sófia, segunda etapa da viagem do chefe de Governo.

Já em território búlgaro, onde ficou até terça-feira, o primeiro-ministro encontrou-se com o PM búlgaro, Simeão Saxe-Coburg Gotha, e participou numa cerimónia junto ao Monumento do Soldado Desconhecido, idêntica à da Roménia, visitou o edifício do Conselho de Ministros e foi recebido pelo Presidente da Bulgária, Georgi Parvanov.

Conforme a agenda desta etapa da viagem, houve ainda uma visita à Assembleia Nacional e uma entrevista a um programa de televisão búlgaro.

Na Roménia, apoio à adesão à UE

Na primeira fase da visita, durante o encontro com o seu homólogo romeno, Adrian Nastase, no palácio de Victoria, em Bucareste, foi analisado o relacionamento bilateral dos dois países, a adesão da Roménia à União Europeia, já em 2007, e ainda

a questão iraquiana.

O Primeiro-Ministro português alertou a Roménia para a eventualidade de surgirem obstáculos durante o seu processo de adesão à União Europeia, dificuldades essas que poderão ser ultrapassadas pelo diálogo.

“Estou seguro que quaisquer dificuldades serão ultrapassadas através de negociações sérias e construtivas”, declarou Durão Barroso, sublinhando o apoio de Portugal à adesão da Roménia. Sobre esse assunto, prometeu que Portugal continuará o seu apoio, manifestando-se contra “qualquer suspensão das negociações”.

“Pelo contrário, defendemos que se acelerem as negociações, para se recuperar qualquer atraso”, frisou o chefe do Governo, considerando que seria “uma desilusão” qualquer eventual suspensão no processo.

Em conferência de imprensa conjunta com Adrian Nastase, Durão Barroso elogiou ainda as relações entre Portugal e a Roménia, alertou para a importância de se captar mais investidores portugueses para o mercado romeno e prometeu tudo fazer para “dar mais dinâmica” às relações económicas entre os dois



O Primeiro-Ministro na Roménia e na Bulgária (continuação)

«Quaisquer dificuldades serão ultrapassadas através de negociações sérias e construtivas», declarou Durão Barroso em Bucareste

países.

Durão Barroso considerou que a Roménia representa uma oportunidade de investimento para Portugal e defendeu o reforço das empresas portuguesas neste país afirmando que “Estamos cada vez mais à procura de algumas posições para as nossas empresas, sobretudo para a exportação de bens e serviços e a Roménia tem aí um grande potencial”, declarou, confirmando considerar importante que “as empresas portuguesas ganhem posição neste país”.

Para reforçar esta presença, disse que o ministro da Economia, Carlos Tavares, tinha assinado nesse mesmo dia um protocolo com o ministério da Comércio e da Indústria da Roménia tendo em vista um objectivo: “aprender com o exemplo português e em contrapartida Portugal ter mais acesso às autoridades e mercados romenos”, explicou Durão Barroso.

Dizendo que Portugal é considerado um caso de sucesso na Roménia, em termos económicos, o Primeiro-Ministro explicou ainda que aquele país da Europa central poderá aprender com “o exemplo português” na adesão à União Europeia, o que irá acontecer em 2007.

Neste ponto, o chefe de Governo considerou que a Roménia “não pode correr o risco” de não aderir à União Europeia, nem sequer adiar a sua entrada.

“Temos de incentivar as autoridades romenas a fechar alguns dossiers ainda este ano, para entrarem na União Europeia em 2007”, afirmou Durão Barroso, que também defendeu a aproximação da Roménia à NATO, justificando a sua posição com o facto do país ter “tradicionalmente” uma força militar forte.

“A Roménia pode trazer essa cultura de segurança para o seio da NATO”, afirmou o chefe do Governo português.

Sobre o Iraque, Durão Barroso sublinhou ser do interesse de Portugal que a transição para o auto-governo ocorra “tão depressa quanto possível”, mas com “segurança e tranquilidade”.

“O terrorismo ficaria a ganhar se o processo de transição não corresse conforme o previsto”, declarou o primeiro-ministro.

Por seu lado, também Adrian Nastase destacou a importância de o processo de transição iraquiano decorrer com tranquilidade, já em Julho deste ano.

O primeiro-ministro da Roménia recordou ainda que o seu Governo irá assumir a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas precisamente nessa altura.

Durante a tarde, Durão Barroso continuou a desenvolver contactos bilaterais, partindo no final do dia para Sofia, capital da Bulgária. Entretanto,



já no final da visita ao Parlamento romeno e antes de partir para a Bulgária, Durão Barroso falou aos jornalistas que o questionaram sobre o envio de 10 militares portugueses para o Afeganistão, afirmando que a decisão advem da obrigação de Portugal de ajudar a , dizendo que “ ... Não podemos beneficiar do facto de estarmos na NATO, sem darmos o nosso contributo, embora pequeno”, declarou. Durão Barroso em Bucareste.

Sobre o Iraque, o chefe de Governo sublinhou que “seria útil” que houvesse uma missão da NATO no Iraque.

“Esta questão poderá ser analisada na próxima cimeira da NATO”, em Istambul, acrescentou o Primeiro-Ministro.

Relações bilaterais e investimento na Bulgária

A visita oficial à Bulgária, para promover as relações bilaterais e intensificar o investimento português neste país, que deverá aderir à União Europeia em 2007 começou na capital, Sófia, no dia 10.

Fonte governamental tinha adiantado à Informação que “Existe um enorme potencial político por explorar do ponto de vista económico

entre Portugal e a Bulgária”, acrescentando que um dos objectivos desta visita do Primeiro-Ministro é a promoção das relações bilaterais como o tinha feito na Roménia, ao apelar às empresas portuguesas para investirem naquele mercado. Estes são também os motivos pelos quais Durão Barroso se deslocou à Bulgária, um país com o qual Portugal tem “relações políticas excelentes”, segundo a mesma fonte.

Assim o apelo ao investimento português em território búlgaro seria um dos pontos altos desta visita, com o Primeiro-Ministro a recordar que existem já empresas portuguesas a apostar em sectores como as telecomunicações e as obras públicas.

O Primeiro-Ministro espera que os búlgaros venham também a Portugal investir, mas para além deste assunto, nesta visita estarão também em cima da mesa temas como a conferência inter-governamental, a necessidade dos interesses económicos da UE não remeterem para o esquecimento o princípio da solidariedade e coesão europeia e também a questão iraquiana.

À margem dos acontecimentos oficiais da visita, Durão Barroso falou à “Lusa”, em Sofia, acerca da proposta apresentada pela Comissão Europeia sobre os fundos comunitários a atribuir a Portugal, após o alargamento da União Europeia a alguns países de Leste e manifestou-se confiante quanto à

possibilidade de Portugal conseguir manter e “até reforçar” os fundos comunitários durante o período 2007/2013.

“A Comissão Europeia fez uma proposta que terá de ser negociada, mas estou globalmente muito confiante, até mesmo optimista, em relação às verbas reservadas para a convergência de Portugal com a União Europeia” afirmou, sublinhando que ainda não tinha analisado profundamente o documento, mas, recordou, “tem acompanhado este processo, contempla as preocupações portuguesas”.

Portugal e os Fundos de Coesão comunitários

“Não haverá redução significativa dos montantes para Portugal, no período 2007/2013”, garantiu o primeiro-ministro, acrescentando que se o Estado português utilizar “criteriosamente” os fundos que lhe estão destinados, poderá manter “e até reforçar” a verba que recebe da União Europeia.

O Primeiro-Ministro advertiu, no entanto, para a necessidade de Portugal ter de se adaptar “a um sistema mais exigente”, uma vez que a partir de 2007, os fundos comunitários passarão a ser distribuídos por 27 Estados-membros, ao invés dos 15 que existem actualmente.

O Primeiro-Ministro na Roménia e na Bulgária (conclusão)

«Roménia e Bulgária garantiram empenho em facilitar e apoiar investimento português nos respectivos países» frisou Durão Barroso



Com o Primeiro Ministro Simeão Saxe-Coburgo e Gotha

“É isso que tenho dito aos autarcas, às universidades e à sociedade civil”, declarou Durão Barroso, exemplificando com o Programa para a Ciência e Tecnologia, iniciativa recentemente aprovada pelo Governo. “Com este programa, as universidades e centros de investigação poderão atrair mais fundos”, explicou o primeiro-ministro, sublinhando que haverá verba suficiente para “assegurar” a convergência de Portugal com a União Europeia.

Por seu lado, o Primeiro-Ministro búlgaro, Simeão Saxe-Coburgo Gotha, manifestou à imprensa portuguesa a sua convicção de que a Bulgária e a Roménia estarão em condições para aderir à União Europeia (UE) já em 2007 e para prosseguir, depois, um caminho em paralelo.

“2007 será o ano do ingresso dos dois países”, afirmou Simeão Saxe-Coburgo Gotha, referindo que os dois países têm percorrido um caminho idêntico, que deverá continuar após o alargamento europeu. Admitiu também ter grandes expectativas em relação à entrada da Bulgária na UE, sobretudo em termos de progresso económico.

“Sou um europeísta convicto”, assumiu, recordando depois as grandes mudanças que ocorreram em Portugal após a adesão à Comunidade Económica Europeia.

«Fui testemunha do progresso formidável que ocorreu em Portugal com a CEE»

“Vivi no Oeste da Europa, estive várias vezes em Portugal na minha juventude e fui testemunha do progresso formidável que ocorreu, desde que ingressou na CEE”, declarou o chefe do Governo da Bulgária, manifestando a convicção de que o seu país irá beneficiar igualmente de “um progresso muito grande”.

Questionado acerca da possibilidade da Roménia e da Bulgária enveredarem por caminhos diferentes depois de aderirem à UE (e após terem iniciado um processo de adesão em paralelo), Simeão Saxe-Coburgo Gotha disse esperar que tal não aconteça, embora assumindo que “isso é um problema de cada país”.

“Cada país adere à União Europeia pelo seu próprio mérito”, frisou o Primeiro-Ministro búlgaro, acrescentando que a Roménia, devido à sua própria dimensão, terá problemas diferentes dos que a Bulgária irá enfrentar.

Simeão Saxe-Coburgo considerou ainda que o impasse verificado na última cimeira de Bruxelas quanto à futura Constituição da Europa deverá ser ultrapassado, através de uma política baseada no consenso e no

compromisso.

“Todos nós temos de fazer um sacrifício e pensar mais como europeus do que como nacionalistas”, defendeu Simeão Saxe-Coburgo Gotha, salientando que a futura Constituição Europeia constitui um projecto “demasiado importante e ambicioso” para ser colocado em causa.

O primeiro-ministro búlgaro elogiou ainda o relacionamento bilateral com Portugal, mostrando-se favorável ao investimento português na Bulgária.

O apelo do primeiro-ministro português para que as empresas lusas invistam na Bulgária e na Roménia constituiu, aliás, um dos principais objectivos da visita oficial de Durão Barroso a estes dois países.

Desde domingo que Durão Barroso se tinha multiplicado em contactos bilaterais com os responsáveis romenos e búlgaros, tendo hoje terminado a visita com a

A respeito do progresso das relações bilaterais, o Primeiro-Ministro de Portugal anunciou que os governos da Roménia e da Bulgária prometeram apoiar as empresas portuguesas que decidirem investir nos seus países.

“Tive a garantia da parte dos dois governos de que se iriam empenhar em facilitar e em apoiar o investimento português nos seus países”, afirmou o primeiro-ministro no final da visita à Bulgária, sublinhando a importância das relações entre Portugal e os dois países balcânicos, mostrando-se convicto de que quando estes dois países aderirem à UE “irão partilhar pontos de convergência com Portugal”.

Questionado acerca de eventuais apoios do Estado português às empresas que invistam nestes países, Durão Barroso frisou não ser possível “reservar verbas para esse fim”.

“Para isso, fariamos em Portugal,



promessa de ambos os governos de que irão apoiar e facilitar o investimento português na Roménia e na Bulgária.

A este respeito, Simeão Saxe-Coburgo Gotha afirmou que esta aposta irá beneficiar os empresários portugueses, devido ao facto da Bulgária, neste caso concreto, representar um mercado por explorar e com condições geopolíticas favoráveis.

No âmbito da visita de Durão Barroso a Sófia, os dois governos assinaram também um protocolo sobre a legalização de cidadãos búlgaros que desejem trabalhar em Portugal.

que também precisa de investimento”, justificou o chefe do Governo, acrescentando que a aposta portuguesa na Roménia e na Bulgária permitirá “promover a exportação de bens e serviços”.

“Há aqui oportunidades de negócios para alguns sectores da nossa economia, que podem ser vantajosos para Portugal”, disse Durão Barroso.

Em contrapartida, a Roménia e a Bulgária “poderão beneficiar do nosso «know-how»”, acrescentou.

Com estas declarações, terminou a visita do Primeiro Ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso, à Roménia e à Bulgária

- Fontes: PL e “Lusa”



ABRANTES

Ao abrigo do Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de militantes do PSD de Abrantes para reunir, no próximo dia 26 de Março de 2004, pelas 21:00 horas, na sede local, sita na Rua de São Pedro, nº22, 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Um – Análise da Situação Política;

Ponto Dois – Aprovação das Contas referentes ao exercício económico de 2003.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para uma reunião ordinária a realizar na sexta-feira, pelas 21h30, no Hotel Turismo em Braga, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação das contas 2003 e do Orçamento para 2004;
3. Análise da situação Política Local;
4. Análise da Situação Política Nacional;
5. Próximo Actos Eleitorais.

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se o Plenário da Secção de Lamego, para uma reunião a realizar no próximo dia 27 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, no Auditório da Rádio Douro-Sul, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 20 de Março de 2004, com início às 21h00, na sede concelhia, sita à Rua Eng. Duarte Pacheco nº 987- Vermoim-Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação do relatório de contas de 2003;
2. Apreciação e votação do Plano e Orçamento para 2004;

3. Análise da situação política.

VILA NOVA DE ANHA (Viana do Castelo)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma Assembleia de Núcleo de Vila Nova de Anha, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, na sede Distrital do PSD, sita na Praça da Galiza (Rua Tenente Coronel do Paço), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação Político-partidária.



CONSELHO DISTRITAL do PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital do Porto, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2004, no Auditório António Macedo, no Edifício Vallis Longos, no Concelho de Valongo, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise do XVII Congresso Nacional da JSD;
3. Análise da Situação Política.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Vila Real para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2004, pelas 14h30, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Murça, sita na Rua Dr.º Manuel Morais da Fonseca, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros Assuntos.

NOTA: Se à hora marcada o número de militantes não for suficiente para que a Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora tarde com os presentes.

SINES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção, para reunir no dia 05 de Março de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia de Sines do PPD/PSD, sita na Rua de Ferreira, n.º 10, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação do Relatório de Contas;
3. Preparar as eleições para Secção JSD/Sines;
4. Diversos;

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes para um Plenário extraordinário, que irá decorrer no dia 19 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia da Trofa, sita na Rua Costa Ferreira, loja 5, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Análise da Situação Política

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se todos os militantes para um Plenário de Secção da Sertã que irá decorrer no dia 20 de Fevereiro de 2004, pelas 19h30, na Sede do PSD, na Sertã, sita na Av. Ângelo Henriques Vidigal, n.º 4 – 2.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Actividades a desenvolver;
- 3- Análise da Situação Política Actual;
- 4- Outros assuntos.



Por lapso dos serviços não foi publicada esta convocatória no Povo Livre de 4 de Fevereiro de 2004.

TSD/AML

Nos termos da Alínea a), do ponto 2, do Artigo 43 dos Estatutos Nacionais dos TSD, e no âmbito do Regulamento do X Congresso dos TSD, convoca-se os Delegados À Assembleia Distrital dos TSD/AML, para reunirem e sessão extraordinária, no próximo dia 11 de Fevereiro de 2004 (quarta-feira), pelas 18h30, na sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, nº209, em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Moção de Estratégia do X Congresso dos TSD;
2. Proposta de Alteração dos Estatutos ao X Congresso dos TSD
3. Análise da Situação Política.

ERRATA

Povo Livre de 11 de Fevereiro de 2004

Na Convocatária das Eleições ao X Congresso dos TSD, deveria ler-se:

Nota — Nos termos estatutários e regulamentares as candidaturas terão de observar as disposições seguintes:

Serem apresentadas por listas completas, contendo o número de efectivos previsto, pelo menos um terço de suplentes, com o nome e número de militante de cada candidato;

Serem propostas por um mínimo de vinte militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

Serem acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou colectivamente;

Nenhum militante pode integrar mais do que uma candidatura;

Só poderão ser eleitos os militantes que há data das eleições, estejam inscritos, há pelo menos, 1 ano;

As listas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia respectiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do órgão respectivo até às 22 horas do dia 25 de Fevereiro, quinto dia útil anterior ao do acto eleitoral;



Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça

Carlos Coelho: há objectivos ainda não atingidos



O Deputado do PSD Carlos Coelho, participando, em Estrasburgo, no debate anual do Parlamento Europeu sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, afirmou reconhecer que “apesar de se terem alcançado progressos significativos ao nível de medidas legislativas, de cooperação operacional e de estruturas institucionais, alguns dos progressos alcançados não conseguiram respeitar os prazos fixados em Tampere; e o que é pior, outros objectivos já definidos ainda não foram atingidos”.

Carlos Coelho começou a sua intervenção lembrando que 1999 foi “o ano de viragem na área da justiça e dos assuntos internos.

O Tratado de Amesterdão entrou em vigor em Maio, desse ano, trazendo como grande inovação o reconhecimento da necessidade de ser criado um Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça. Em Tampere, foi confirmado esse empenho, ao serem fixadas orientações políticas e

prioridades que deveriam levar à sua concretização, de forma progressiva, num prazo de 5 anos”.

Para o Deputado social democrata, “as circunstâncias históricas deste momento (alargamento, debate do Tratado Constitucional, final da legislatura, 5 anos desde a Cimeira de Tampere), justificam que se proceda a um balanço de legislatura. Com efeito, ninguém compreenderia que no último debate de avaliação do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça durante o mandato deste Parlamento, nos limitássemos a uma mera avaliação anual. Até porque o ano de 2004 marca o fim desse ambicioso programa de 5 anos, que foi acordado em Tampere”.

Carlos Coelho enumerou depois dez pontos em que “urgem medidas concretas:

1º - a adopção de legislação em matéria de protecção de dados no âmbito do terceiro pilar, que dê garantias equivalentes às da Directiva 95/46 (no âmbito do 1º pilar).

2º - que a Comissão apresente propostas destinadas à criação de uma política comum de gestão integrada das fronteiras externas dos Estados-Membros, com financiamento comunitário.

3º - que o Conselho aprove as 2 propostas de directiva que faltam para se poder completar a 1ª fase do regime de asilo europeu comum.

4º - que o Conselho aprove as propostas que ainda se encontram bloqueadas e que têm por objectivo o estabelecimento de uma política comum no âmbito da imigração.

5º - que nos seja apresentada uma proposta concreta relativa ao desenvolvimento do Sistema de Informação sobre Vistos (VIS).

6º - que nos seja apresentada uma proposta de decisão-quadro sobre as garantias processuais penais, na UE, dos suspeitos e arguidos.

7º - tendo a comunitarização do acervo de Schengen permitido uma maior coordenação entre os serviços policiais e judiciais dos Estados Membros na sua luta contra o crime organizado, é agora essencial que se avance o mais rápido possível na criação do novo SIS II.

8º - desenvolvimento da cooperação policial, através de um processo jurídico menos complexo e moroso, do que a Convenção Europol, e que preveja um controlo jurisdicional e democrático a nível da União.

9º - que se continuem a desenvolver os acordos de estabilização e de associação com os Estados da região dos Balcãs ocidentais em matéria de luta contra o crime organizado, poder judicial, combate à droga, gestão de fronteiras e imigração.

10º - haja uma supervisão da aplicação do acervo comunitário nos

países do alargamento, especialmente no que diz respeito à área da justiça e dos assuntos internos, bem como da aplicação do mecanismo de Schengen e do acervo pertinente aquando de controlos nas fronteiras externas”.

Carlos Coelho congratulou-se com o facto “da Presidência Irlandesa considerar, no seu programa de trabalho, o desenvolvimento deste Espaço como a sua grande prioridade”, e manifestou esperança na possibilidade de “uma cooperação interinstitucional bastante frutífera”, entre o Parlamento e o Conselho.

Carlos Coelho reconheceu que a tarefa a que a União se propôs “é enorme e muito ambiciosa, mas se não houver um aumento do ritmo e da capacidade de decisão do Conselho, chegaremos ao final destes 5 anos, muito aquém dos objectivos traçados em Tampere. Espero, afirmou, que até ao final de 2004, sejam adoptadas todas as medidas em atraso e que constam de objectivos e calendários já definidos”.

O Deputado social democrata lamentou também, “a iniciativa tomada por alguns Estados Membros, de enviarem uma carta à Comissão, no sentido de se proceder a uma significativa redução do orçamento comunitário na próxima perspectiva económica da UE (Período 2007-2013), pois como já foi salientado pelo Presidente Prodi, isso impediria a Comissão de fazer o seu trabalho nas áreas da Justiça e dos Assuntos Internos, além de prejudicar gravemente o esforço de coesão económica e social”.

Joaquim Piscarreta: limites à captura de pescada são excessivos



O Deputado do PSD Joaquim Piscarreta, no debate sobre uma proposta da Comissão Europeia sobre a recuperação das populações da pescada do norte, defendeu que “os valores apresentados pela Comissão Europeia para limitar a captura da pescada são de tal ordem que a sua aplicação provocaria consequências sociais dramáticas, economicamente insuportáveis e impossíveis de gerir comercialmente.

Parece óbvio afirmar que as consequências socio-económicas devem ser avaliadas previamente à apresentação de qualquer plano de recuperação. Porém, tal não sucedeu neste caso”.

Para Joaquim Piscarreta, “se uma gestão sustentável dos recursos aquáticos justifica plenamente a protecção de espécies ameaçadas, as medidas de limitação da pesca devem ser devidamente fundamentadas

com pareceres científicos rigorosos e actualizados, bem como a integração das observações pragmáticas dos pescadores”.

Neste contexto, Joaquim Piscarreta chamou a atenção para “a necessidade de actualização dos dados com base na informação fornecida por organismos internacionais do sector das pescas, uma vez que tais limitações acarretam pesadíssimas consequências socio-económicas para os profissionais do mar, restringindo ainda mais a actividade piscatória, já de si muito limitada”.

Por isso, Joaquim Piscarreta defendeu que “tais medidas só são aceitáveis se estritamente proporcionais aos objectivos de exploração sustentável dos recursos e tendo em conta ainda o seu impacto económico. As grandes variações nos Totais Admissíveis de Captura (TAC) podem em alguns casos originar a transferência da actividade piscatória das empresas de uma espécie para outra, provocando assim indirectamente outros desequilíbrios”.

Joaquim Piscarreta lembrou ainda que, “por diversas ocasiões, o Parlamento Europeu já chamou a atenção da Comissão Europeia para a excessiva rigidez dos seus planos de recuperação. Por tal, uma abordagem plurianual, flexível e gradual torna-se sem dúvida mais adequada ao permitir uma perfeita adequação do esforço de pesca ao estado dos recursos, e não através de instrumentos rígidos, de consequências irreversíveis e socialmente dramáticas”.



Regina Bastos:

Evolução demográfica da União é um enorme desafio

A Deputada do PSD Regina Bastos afirmou no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que “nos últimos anos, a tomada de consciência sobre o envelhecimento demográfico e as suas consequências no emprego e na política social da União Europeia aumentou significativamente” e que “a Europa enfrenta neste domínio um enorme desafio”.

Regina Bastos defende que a União Europeia, por um lado, “vê-se confrontada com a possibilidade de não poder cumprir os objectivos do Conselho de Lisboa em matéria de emprego, de competitividade e de crescimento económico para 2010.

Por outro lado, os sistemas de saúde têm de alcançar simultaneamente o triplo objectivo de acesso aos cuidados de saúde para todos, de um elevado nível de qualidade de oferta desses serviços e da viabilidade financeira dos

sistemas. Acresce ainda, a enorme pressão a que estão sujeitos os sistemas de segurança social dos Estados-membros para satisfazer e garantir no futuro as pensões de reforma de uma população crescentemente envelhecida”.

É tempo de tomar medidas

Para Regina Bastos “é tempo de tomar medidas. Temos consciência que as complexas implicações do envelhecimento da população a par das baixas taxas de natalidade, não podem encontrar uma resposta eficaz a nível exclusivamente nacional. Esta problemática afecta diferentes políticas comunitárias. Daí que se justifique o desenvolvimento de uma cooperação europeia.

Por isso, a primeira questão que se põe é de que forma a Comissão Europeia poderá apoiar os Estados-



Membros para dar respostas adequadas ao envelhecimento demográfico, quer ao nível dos sistemas de saúde, quer das políticas para o emprego.

As conclusões do Grupo de Peritos presidido por Wim Kok apontam várias pistas para manter o crescimento económico e promover

o envelhecimento activo. A elaboração de um quadro jurídico e financeiro que incentive os empregadores a contratar e manter os trabalhadores mais idosos, que desencoraje as saídas prematuras do mercado de trabalho e que aumente a participação na formação ao longo da vida poderão ser respostas-chave”.

Abordando a questão do trabalho feminino, Regina Bastos defendeu que “o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho constitui também uma resposta, mas exige a adopção de medidas concretas que favoreçam a conciliação da vida profissional e familiar”, tendo questionado a Comissão Europeia sobre a sua disposição para “desenvolver os mecanismos necessários à elaboração de uma Directiva-quadro que estabeleça um mínimo denominador comum sobre a conciliação do trabalho e da família”.

Segurança Marítima:

Raquel Cardoso defende competência alargada para a Agência Europeia



A Deputada do PSD Raquel Cardoso afirmou no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que “o despertar de consciências provocado pelos mais recentes acidentes marítimos nas costas europeias vem traduzir-se, em boa hora, na necessidade de agir, por parte de todos os responsáveis, de modo a prevenir tais acidentes e a combatê-los de forma eficaz e sem contemplações”.

Raquel Cardoso salientou que “a acção mais eficaz resulta na criação efectiva da estrutura coordenadora destas actuações: a Agência Europeia de Segurança Marítima com objectivos claros e perceptíveis para

que se venham a obter resultados de eficácia e responsabilidade.

O objectivo de prevenir e combater os acidentes de poluição marítima é o primeiro e, por isso, o centro da atenção de todos. É preciso proteger os recursos do mar, o espaço maior do planeta, a fonte da vida do futuro.

É preciso responsabilizar, acrescentou a Deputada, quem circula inevitavelmente no mar, quer tendo em conta o estado dos navios que o fazem a toda a hora, quer as pessoas que neles funcionam e as que os acreditam em terra.

Assim, assume-se a absoluta necessidade de um controlo e segurança das rotas e a inevitável inspecção dos navios, reforçando o modelo já existente, quer ao nível das exigências quer da periodicidade das mesmas”.

Raquel Cardoso referiu que “a crescente preocupação perante a ameaça de atentados terroristas que tenham como alvo navios e instalações portuárias já conduziu à adopção de especiais medidas e instrumentos internacionais” e salientou que “esta preocupação encontra agora, de forma clara e

responsável, uma resposta na regulamentação da Agência, que constituirá um outro objectivo de actuação, o que irá contribuir para elevar o nível de confiança dos agentes e de todos os responsáveis em todos os Estados-Membros”.

Para Raquel Cardoso, “ninguém conseguirá garantir, em boa verdade, uma eficácia total, mas os cuidados e a atenção permanentes acompanhados dos equipamentos de detecção, correcção e informação necessários resultarão certamente numa redução de hipóteses de concretização”.

Salientando, também, “a importância de uma avaliação sistemática rigorosa das intervenções em matéria de prevenção e combate à poluição marítima”, Raquel Cardoso afirmou que “só percebendo o como e o porquê das actuações e responsabilizando os implicados se pode, em meu entender, garantir que cada passo que se der é mais seguro e assumido que o anterior.

Uma cultura de avaliação de responsabilidades tem que ser assumida de forma consequente, quem quer que seja o alvo das consequências dessa avaliação. O princípio do

‘poluidor-pagador’ é indispensável e corrigirá seguramente eventuais negligências que não podem nem devem ser desculpadas”.

Raquel Cardoso considerou “da máxima importância a inclusão da formação dos marítimos, formação técnica e científica em matéria de segurança marítima, bem como a certificação adequada” e defendeu que “a colaboração da Agência com os Estados-Membros, além de complementar as capacidades de resposta dos mesmos, visa obrigar cada Estado-Membro a estar suficientemente equipado nestas matérias para poder responder a qualquer acidente perto das suas costas”.

A Deputada social democrata defendeu ainda que “a Agência Europeia de Segurança Marítima integre recursos humanos altamente qualificados e experientes em segurança marítima, o que nos garante uma qualidade dirigida a estes objectivos” e terminou a sua intervenção afirmando que “como portuguesa vocacionada para o mar, acredito que a Agência Europeia de Segurança Marítima será seguramente um desafio para a existência de mares mais limpos e mais seguros



Festival da Juventude em Málaga JSD presente com uma delegação nacional



O Gabinete de Relações Internacionais da Comissão Política Nacional da JSD prepara para o próximo fim-de-semana uma deslocação a Málaga.

A delegação portuguesa é constituída por companheiros dos variados distritos e participará no Festival da Juventude das NNGG – Nuevas Generaciones del Partido Popular, organização nossa parceira nas duas estruturas europeias de que a JSD é membro efectivo: o EDS - Estudantes Democratas Europeus (onde a vogal da CPN Ana Janine é Vice-Presidente), e o YEPP - Juventude do Partido Popular Europeu (onde o Presidente da Mesa do Congresso Pedro Duarte é Vice-Presidente).

A iniciativa tem lugar em Málaga, nos próximos dias 20, 21 e 22 de Fevereiro e representa o tiro de partida para a Campanha de Mariano Rajoy às eleições gerais de 2004 em Espanha, prevendo-se a participação de milhares de jovens espanhóis e de toda a Europa.

De realçar que o Presidente do PSD esteve recentemente no Congresso do PP Espanhol, apoiando Rajoy na sua caminhada a Presidente do Governo

JSD/Paços de Ferreira propõe medidas para o desenvolvimento do Concelho

Tendo em conta o seu importante papel de alerta sobre as realidades municipais, a Comissão Política da JSD/Paços de Ferreira, propôs ao executivo camarário as seguintes medidas: **isenção** da derrama durante três anos consecutivos para empresas criadas por jovens empresários; **isenção** da derrama durante três anos consecutivos para as empresas que promovam a Investigação e Desenvolvimento (I&D), e/ou possuam cariz marcadamente tecnológico. Segundo a CPS, os apoios nos números anteriores deverão obrigar à contratação, por parte da entidade beneficiária, de uma percentagem de 50% de colaboradores com habitação permanente do Concelho de Paços de Ferreira, considerando os três anos anteriores ao pedido de instalação da empresa.

A JSD pretende desta forma atingir, entre outros, os seguintes objectivos: promover o emprego de maior qualidade científica na região; criação de forças de atrito para a deslocalização de mão-de-obra qualificada para concelhos limítrofes; criação de condições para a fixação de empresas de maior valor acrescentado para a economia local, seguindo a política de criação de zonas industriais aplicada pela Câmara.

No Parlamento:

JSD defendeu o “Dia do Sapador Florestal”



Integrado num conjunto de iniciativas da JSD sobre ambiente e protecção da floresta contra incêndios, os Deputados da JSD defenderam na Assembleia da República a criação do “Dia do Sapador Florestal”, figura instituída a 21 de Maio de 1999.

No texto do Projecto de Resolução 197/IX, cujo primeiro subscritor é o Presidente da Comissão Política Nacional Jorge Nuno Sá, pode ler-se:

«O sapador florestal é um trabalhador especializado, com perfil e formação específica adequados ao exercício das funções de prevenção dos incêndios florestais.

Foram várias as causas encontradas para o que ocorreu este ano no nosso país, que viu desaparecer uma parte significativa da sua floresta, tendo as consequências que bem conhecemos e podemos observar de norte a sul de Portugal. Tanto na prevenção como no apoio ao combate florestal, onde ficou patente a necessidade de existência destas equipas, os sapadores assumem um papel cada vez mais importante.

Para dignificar e demonstrar a sua importância, os Deputados signatários propõe que a Assembleia da República resolva, nos termos do n.º 5 do artigo 186.º da Constituição da República Portuguesa, o seguinte:

Instituir o dia 21 de Maio como o Dia Nacional dos Sapadores Florestais.»

Igualmente subscritores do projecto foram os Deputados da JSD Daniel Rebelo, Pedro Duarte, João Moura, Carlos Rodrigues, Ricardo Almeida, Pedro Alves, Miguel Miranda, Jorge Pereira, Gonçalo Breda Marques, Fernando Lopes e Miguel Coleta.

Pacheco Pereira Debate Futuro da UE no Pós-Alargamento



Perto de uma centena de pessoas acorreram ao Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro para o debate organizado pela Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD, e que contou com a presença do Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Pacheco Pereira.

Esta iniciativa, em colaboração com a CPS/Barreiro e realizada a 6 de Janeiro, teve como mote o alargamento aos dez novos Estados-Membros (Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa) que terá um forte impacto económico, dada a amplitude de um mercado comum estimulado pela qualidade e custo da mão-de-obra oferecida por esta região do Leste da Europa.

Uma situação que tende a incentivar o nível de competição das empresas nacionais. Portugal continuará a receber apoio dos fundos comunitários, até 2006. A partir desta data, "nada será como dantes", analisou Pacheco Pereira.

Uma das obrigações que cumpre a Portugal é "um maior investimento na Educação", contra algum desenvolvimento estrutural do país. Apostar na preparação qualificada de mão-de-obra, melhoria do ensino e investimentos de rentabilização socio-económica são um imperativo. "Temos que combater a mentalidade proteccionista que temos", concluiu o deputado europeu.

Numa discussão bem viva, Pacheco Pereira arrebatou a audiência presente com uma verdadeira lição de geopolítica internacional.

JSD/Almada debateu Toxicodependências

A Secção de Almada, organizou mais um dos seus já tradicionais jantares/debate que, em jeito de tertúlia, debateu o sempre pertinente tema das toxicodependências, tendo contado como orador o Director do Centro das Taipas, Luís Patrício. Uma ocasião que permitiu tomar contacto com a realidade brutal que é a dependência face às drogas e as terríveis consequências que podem existir face aos problemas sociais, familiares e de saúde pública que provoca.

Um debate aberto, frontal e sem reservas, onde se procurou espelhar de forma real (e sem dogmas) o presente que temos, e de algum modo antever o futuro que desejamos para esta área muito problemática.

Acção de Formação da Secção D

A Comissão Política da JSD/Secção D tem vindo a preparar um conjunto de iniciativas com vista à formação política de quadros da JSD. A primeira dessas iniciativas terá início já no próximo dia 21 de Fevereiro, com o primeiro módulo de uma Acção de Formação intitulada "Estratégias para Vencer". Esta Acção de Formação está integrada no projecto de Formação da JSD/D e será ministrada pelo Dr. Jorge Teixeira dos Santos.

Esta Acção de Formação irá decorrer na sede da Secção D na Rua Luciano Cordeiro nº 116 - 2º e começará sempre às 20h00.

A JSD/Sertã atenta ao futuro da vila

Respondendo ao desafio do Presidente da CM Sertã, a JSD local lançou um conjunto de propostas que visam dar um novo rosto à vila, virando-a para o futuro, quer em termos visuais quer nos aspectos estratégicos.

Assim, a Comissão Política de Secção, num documento bem estruturado, estabelece prioridades para alguns locais e artérias tais como a criação de passeios pedonais em calçada portuguesa, o reforço da iluminação; proibição de estacionamento, bem como outras medidas.

Preocupada com a qualidade de vida dos seus concidadãos, a JSD propõe uma viragem para o ambiente, simbolizado pelo Jardim Fonte da Boneca: a criação do conceito "Jardim Multiusos" e construção de um parque de estacionamento no subsolo do parque, são investimentos vistos como mobilizadores.

JSD/Moscavide promove o lançamento do seu site

A Comissão Política de Secção da JSD/Moscavide está a lançar o seu espaço na Internet.

19 de Fevereiro é a data de inauguração do site, que pode ser acedido em www.jsdmoscavide.com

Esta é mais uma iniciativa que visa aproximar os militantes dos órgãos de decisão política, não só pelo crescimento de informação mas também pelo acesso generalizado aos projectos desenvolvidos na JSD.

A todos aconselhamos uma visita ao Site.



O Primeiro-Ministro acompanhado pelos ministros e secretários de Estado da Cultura, recebeu na residência oficial os directores de Teatros e Companhias Nacionais: de Bailado, da Orquestra do Porto, do Teatro de São João, do Teatro D. Maria II e do Teatro São Carlos.



A Ministra dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia durante um encontro com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin no âmbito da visita oficial de cinco dias que efectuou ao Brasil.



Durão Barroso recebe o MNE de Moçambique, que está em Portugal para assuntos relacionados com a próxima visita do PM português àquele País.

Editorial



O exemplo

É fácil ter soluções quando não se tem a responsabilidade resolver os problemas. É assim em quase tudo na vida. Quando não se conhece a fundo as raízes das questões, quando não se têm todos os dados, quando se analisam as situações de forma superficial e às vezes demagógica, tudo é fácil de resolver.

Claro que há o outro lado. O lado de quem tem a obrigação de encarar a governação com seriedade, com ética e com o enorme peso de quem está a olhar pelo e para o País e não para um grupo específico ou para interesses singulares. E neste lado o desafio torna-se mais complexo, mais difícil mas também mais confortante.

Ninguém tenha dúvidas que é necessário uma grande força anímica, uma infindável capacidade física e intelectual, uma exemplar coragem e determinação para se enfrentar com lealdade perante os cidadãos as grandes questões nacionais.

Ao mesmo tempo é fundamental dar ao mundo uma imagem dinâmica e positiva de Portugal. Credibilizar o País junto dos seus potenciais parceiros internacionais, tudo isto são missões do Primeiro Ministro do Governo de Portugal. Tarefas que o Dr. Durão Barroso cumpre exemplarmente, com a convicção inabalável que todos podemos construir um País melhor e mais forte. É essa força, essa inesgotável energia aplicada num contexto de grandes dificuldades, que hoje eu quero aqui destacar. O exemplo de generosidade, de sacrifício, de capacidade de entrega às causas nacionais que não podemos deixar passar em claro e que deve servir de exemplo para todos nós Portugueses. Nós todos, principalmente os que acreditam tem a obrigação cívica e moral de ajudar. Só assim é possível.